



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS ERECHIM

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CAMILA ELISA AZEVEDO HAUSCHILD

**CESSAÇÃO DE ATIVIDADES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO/NO
CAMPO NA ABRANGÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ERECHIM – RS: 1996-2024**

ERECHIM

2025

CAMILA ELISA AZEVEDO HAUSCHILD

**CESSAÇÃO DE ATIVIDADES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO/NO
CAMPO NA ABRANGÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ERECHIM – RS: 1996-2024**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito parcial para Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim/RS.

Orientador: Prof. Dr. Jerônimo Sartori

ERECHIM

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Hauschild, Camila Elisa Azevedo
CESSAÇÃO DE ATIVIDADES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO/NO
CAMPO NA ABRANGÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ERECHIM-RS:
1996-2024 / Camila Elisa Azevedo Hauschild. -- 2025.
62 f.:il.

Orientador: Dr. Jerônimo Sartori

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Pedagogia, Erechim,RS, 2025.

1. Educação do Campo. I. Sartori, Jerônimo, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

CAMILA ELISA AZEVEDO HAUSCHILD

**CESSAÇÃO DE ATIVIDADES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO/NO
CAMPO NA ABRANGÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ERECHIM – RS: 1996-2024**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito parcial para Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim/RS.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi defendido e aprovado pela banca em: 09/07/2025.

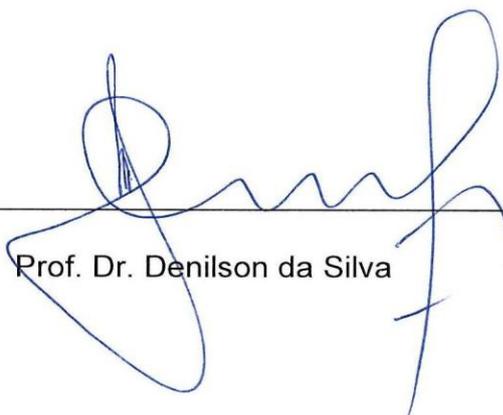
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jerônimo Sartori – Orientador



Prof.ª Dr.ª Naira Estela Roesler Mohr



Prof. Dr. Denilson da Silva

Dedico este trabalho àqueles que se fizeram presentes em toda a minha jornada de pesquisa e (auto)descobertas dentro e fora da Universidade.

E uma dedicatória, em especial, à minha família. Pai, mãe, obrigada por terem abdicado de muito para que eu chegasse até aqui, essa conquista também é de vocês.

AGRADECIMENTOS

Sempre achei que esses meses de escrita passariam muito rápido e que, quando chegasse essa parte, não conseguiria escrevê-la sem chorar. Pois bem: eu acertei! Me pego em meio às lágrimas discorrendo um pouco do que sinto e trago comigo há algum tempo.

Ser “grata” é uma das maiores bênçãos da vida; perceber e se deixar tocar pelo outro, entendendo que nossas relações nos fortalecem e nos apoiam é uma sensação de liberdade, mas também de confiança. Confiar ao ponto de que muitas vezes o outro faz parte do processo intrinsecamente, é entender que não passamos pelas jornadas da vida sempre sozinhos, é entender que não precisamos ficar sozinhos. Nessa jornada longa e árdua da graduação, feliz foi aquele que viveu em meio aos outros, feliz fui eu!

Apoiar-se no outro faz a jornada mais leve, e eu me apoiei em muitas pessoas especiais. Às minhas amigas, confidentes, parceiras, me faltam palavras para agradecer por serem tão importantes nesse processo, obrigada por todo o cuidado e preocupação, pelos momentos de choro, risadas e descontração, sem vocês eu não chegaria até aqui.

Raniro, Ledanir, Gabriel, Picles, Jorginho e Melissa, minha Família, como tenho sorte em tê-los comigo! Agradeço nesse momento pelo simples fato de me enxergarem, de verem o quanto a rotina de trabalho e faculdade foi cansativa e fazerem de tudo para que fosse, independente de tudo, uma experiência única, e que eu pudesse aproveitá-la! Obrigada pelo zelo e cuidado, pela paciência, pelo apoio e força. Quando digo que essa conquista é de vocês também, reconheço-os como parte disso; obrigada pode ser presentes.

Minhas crianças, companheiras de todas as tardes, sou tão sortuda por receber tanto amor. Obrigada por tornar a professora Camila muito mais paciente, amorosa, cuidadosa, atenta. Obrigada por me fazer experimentar a vida mais colorida, mais simples. Obrigada por recarregar minha felicidade todos os dias.

Seria injusto de minha parte se eu não atribuísse essa conquista à Deus, pois mesmo duvidando, muitas vezes, de sua existência, sempre me senti protegida e

guiada. Aos meus guias, anjos da guarda e protetores, eu sei que vocês lutaram, e agradeço por me acompanharem todos os dias.

Nos finalmentes, ao meu querido professor Jerônimo, que ocupou o cargo de me (des)orientar, continuarei tentando encontrar formas de agradecê-lo por tudo que o senhor me possibilitou vivenciar. O senhor foi o primeiro professor a me enxergar como um ser humano potente, que podia abrir asas e voar. Sinto-me privilegiada por ter um professor, amigo, parceiro, pai; sou privilegiada por ter tido a oportunidade de aprender com o senhor, por estar me formando ao lado de um ser humano que viveu batalhas árduas em tempos difíceis, e que resistiu! Nossas conversas descontraídas em meio à pesquisa e trabalho acadêmico fizeram o processo muito mais leve. Sempre o levarei comigo, como parte de mim.

RESUMO

A Educação do/no Campo se caracteriza pela educação que atende as comunidades residentes nas zonas rurais, que tem como princípios a sua permanência naquele meio e a valorização da cultura camponesa; as escolas situadas nesse meio tem sido palco de lutas e tensionamentos sobre a iminente cessação de suas atividades, partindo de um viés neoliberal de educação e de justificativas utilizadas pelas mantenedoras, como falta de recursos financeiros e baixo número de estudantes. O presente estudo investigou a cessação de atividades das escolas estaduais do/no campo no município de Erechim – RS, entre os anos de 1996 e 2024, visando explicitar os motivos apontados pela mantenedora, bem como suas implicações e argumentos que levaram ao cessamento das atividades de seis (06) escolas do/no campo, pertencentes à rede estadual de ensino, sob a jurisdição da 15ª Coordenadoria Regional de Educação – Erechim - RS. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e descritivo-analítica, fundamentada em estudos bibliográficos, sendo um estudo de caso. Constituíram-se instrumentos de pesquisa, documentos no formato de pareceres oficiais, nos quais buscou-se informações sobre as escolas cessadas, bem como produzir argumentos para tecer um olhar atento ao fenômeno em estudo. Dentre os documentos utilizados, também foram consultadas a Lei de Diretrizes da Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96 e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Depreende-se que o fechamento das escolas do campo nesse município era inevitável, tendo em vista o baixo número de estudantes, sem perspectivas de aumento; entende-se que as comunidades são diretamente afetadas pelo fechamento da escola, uma vez que acarreta problemas de distanciamento e acessibilidade aos alunos remanescentes, para além da perda de cultura viva local. Ainda, o impacto na vida desses estudantes e nas comunidades que ali resistem, pois, entende-se que fato de sair de sua comunidade gera-se o incentivo ao êxodo rural.

Palavras-chave: Educação do/no campo; escolas estaduais; cessação; Erechim.

ABSTRACT

Rural Education is characterized by the type of education that serves communities residing in rural areas, grounded on principles such as remaining in that environment and valuing peasant culture. Schools located in these areas have become the stage for struggles and tensions regarding the imminent closure of their activities, stemming from a neoliberal perspective on education and justifications presented by maintaining authorities, such as lack of financial resources and low student enrollment. This study investigated the closure of state-run rural schools in the municipality of Erechim, in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, between the years 1996 and 2024, aiming to clarify the reasons given by the maintaining authority, as well as the implications and arguments that led to the termination of activities at six (06) rural schools belonging to the state education system under the jurisdiction of the 15th Regional Education Coordination Office –Erechim – RS. This is a qualitative, descriptive-analytical research, based on bibliographic studies, and structured as a case study. Research instruments included official documents and reports, from which information was gathered about the closed schools, in order to develop arguments and provide a critical perspective on the phenomenon under study. Among the documents consulted were also the Law of Guidelines and Bases for National Education (LDB) – Law No. 9,394/96, and the Operational Guidelines for Basic Education in Rural Schools. It is inferred that the closure of rural schools in this municipality was inevitable, considering the low number of students and the lack of prospects for growth; it is understood that the communities are directly affected by the closure of these schools, as it results in problems related to distance and accessibility for the remaining students, in addition to the loss of local living culture. Furthermore, it impacts the lives of these students and the communities that continue to resist in these areas, as leaving one's community encourages rural exodus.

Keywords: Rural education; states school; cessation; Erechim.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Imagem 1: Mapa de divisão das CREs.

Quadro 1: Justificativas para a cessação das atividades das escolas do/no campo.

Quadro 2: Estudos realizados na UFFS - cessação de atividades de escolas do/no campo

Quadro 3: Estudo realizado na URI – contribuições da escola do/no campo à sucessão familiar

Quadro 4: Estudo realizado na UPF – importância da escola do/no campo

Gráfico 1: Quantidade de estudantes remanescentes durante a cessação:

Gráfico 2: Justificativas mais apontadas na documentação:

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB	Lei de Diretrizes de Bases da Educação
PNL	Plano Nacional de Educação
15ª CRE	15ª Coordenadoria Regional de Educação
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
UPF	Universidade de Passo Fundo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
SEDUC	Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul
CEED	Conselho Estadual de Educação
CEB	Câmara da Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEE	Conselho Estadual de Educação

Sumário

1 INTRODUÇÃO	13
2 EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: DO HISTÓRICO, DAS POLÍTICAS, DA ESCOLA DO/NO CAMPO	16
2.1 Políticas educacionais no Brasil: um olhar neoliberal sobre a LDB – Lei nº 9.394/96	17
2.2 A escola do campo: tensionamentos na iminente cessação de suas atividades	21
3 CESSAÇÃO DAS ATIVIDADES NAS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS	27
3.1 O que apontam os dados	28
3.2 Refletindo sobre os achados nos documentos	40
4 PERCURSO METODOLÓGICO	44
4.1 Estado do conhecimento	44
4.2 Procedimentos gerais da pesquisa	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

Em meio a jornada acadêmica de pesquisa e descobertas, muito foi estudado sobre os temas relevantes na área da Educação. Desde os primeiros momentos dentro do ambiente escolar, percebemos que os espaços educativos têm se tornado cada vez mais precários e que há uma forte influência do neoliberalismo, que promove políticas públicas voltadas para transformar a escola formal em uma forma de produzir mão de obra mais barata para o mercado de trabalho. Esse pensamento neoliberal tem se espalhado na educação básica, contribuindo para a deterioração dos serviços educacionais e reforçando ideais que mudam a perspectiva democrática das escolas.

Cabe-nos realçar que a motivação pessoal pela pesquisa, envolvendo a Educação do/No Campo se deu a partir de uma bolsa de Iniciação Científica (IC), concedida pela FAPERGS e orientada pelo professor Dr. Jerônimo Sartori, que nos permitiu descobrir a vontade de continuar os estudos sobre a temática, ampliando cada vez mais os repertórios e ampliando os conhecimentos sobre a Educação do/No Campo. Assim sendo, a partir dessa bolsa de IC, surgiu o interesse em investigar e discorrer na monografia - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da licenciatura em Pedagogia sobre a problemática do fechamento das escolas do/no campo. Tal intento visa entender quais são os motivos utilizados pela mantenedora da rede estadual, para a cessação¹ das atividades das escolas situadas no campo no município de Erechim. Por conseguinte, a partir da bolsa de IC obtivemos um enorme ganho pessoal durante a jornada, o que permitiu nos encontrar enquanto pesquisadora, pois pouco sabíamos da existência desse campo de investigação. Ademais, os anseios de estar presente dentro do sistema educacional se consolidam nessa busca de entender e evidenciar os fatos do cotidiano, que perpassam a educação escolar em seus diversos períodos históricos. Dessa forma, nos encontramos neste momento com o desafio de correr atrás de nossa incompletude, pois existem ainda mais evidências e possibilidades que nos aguardando.

Nesse alinhamento, temos como tema de pesquisa: *Cessação das atividades das escolas estaduais do/no campo na abrangência da 15ª Coordenadoria Regional de Educação: 1996-2024*. E, para dialogar com o tema supracitado trazemos como

¹ Do latim *cessatio*, *cessação* é um substantivo feminino, que significa interrupção; ação cessar, de interromper, de fazer parar, atribuída a alteração dos mecanismos que modificam uma ação processual, interrompendo a sua conjuntura anterior e atribuindo-lhe um novo aspecto.

questão de pesquisa: Quais são os motivos apontados pela mantenedora como razão para a cessação das atividades das escolas estaduais situadas do/no campo no município de Erechim - região da 15ª CRE? Por conseguinte, nesse enlaçamento articulamos o estudo, tendo como principal objetivo: Compreender os motivos que levaram a cessação das atividades de escolas da rede estadual de ensino situadas no campo no município de Erechim – região da 15ª CRE, tendo como marco a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996-2024.

Para levar a cabo o estudo, no sentido de buscar possíveis respostas à questão de pesquisa e atender ao que pretendemos com o objetivo geral, apresentamos como objetivos específicos:

- Contextualizar o município de Erechim, considerando os aspectos socioeducacionais que envolvem a rede estadual de ensino.

- Traçar uma linha histórica de fechamento das escolas do/no campo no município a partir da implementação da LDB de 1996 até 2024.

- Pesquisar a partir da LDB – Lei 9.394/96 os documentos relativos à Educação do/no Campo, considerando os aspectos relevantes da manutenção das escolas do/no campo para as comunidades do meio rural.

- Reconhecer, a partir da revisão de literatura, a relevância da existência das escolas do/no campo para a preservação da cultura viva dos espaços camponeses.

Na jornada pela busca por direitos, o movimento da educação do/no campo alcançou um conjunto de legislações, que se transformaram em políticas públicas educacionais, que reconhecem e respeitam as particularidades das comunidades rurais (Coan, Santos e Pagliarin, 2022).

Nas perspectivas de relação entre o projeto educativo e as exigências do mundo da produção, os trabalhadores passaram a frequentar a escola na exigência da sobrevivência do modo de produção capitalista (Caldart, 2015, p. 117). Em decorrência, os trabalhadores do campo por meio dos movimentos de lutas e resistências alcançaram um conjunto das legislações que fundamentam as políticas públicas educacionais atuais. Em contrapartida, a ascensão do neoliberalismo e sua permanência nos espaços de relações sociais, culturais, econômicas e políticas sucederam uma série de fechamentos de escolas situadas no campo, utilizando como grande justificativa a falta de verba para manter os profissionais atuantes na escola, assim como as estruturas físicas e infraestrutura dos prédios escolares. O fechamento da escola faz com que a comunidade deva se adequar a extravagantes for-

matos de busca pelo direito à educação, utilizando o transporte escolar. As legislações vigentes, originalmente, com o intuito de proteção a esses direitos, ainda não conseguem garantir a permanência das escolas e das comunidades dentro de um sistema que adoce e desumaniza os sujeitos.

Tendo em vista o problema de investigação e os objetivos apontados, abordamos nesta monografia uma pesquisa de cunho qualitativo, trazendo como aspectos principais o fechamento das escolas do campo, em ênfase, do município de Erechim. Por meio de dois (2) capítulos, apresentamos, inicialmente, no primeiro capítulo denominado: *Educação do/no campo: do histórico, das políticas, da escola do/no campo*, um breve histórico da educação do/no campo, fazendo referência as comunidades que vivem na região rural do município; neste mesmo tópico apresentamos, também, a perspectiva neoliberal e a sua influência nesse processo de fechamento das escolas. Ainda, no segundo capítulo denominado: *Cessação das atividades nas escolas do campo do município de Erechim*, apontamos a pesquisa documental, trazendo como dados base os pareceres oficiais, documento esse que registra a cessação das escolas, justificativa e números relevantes nesta pesquisa.

Consequente, pontuamos o percurso metodológico da pesquisa, trazendo o Estado do Conhecimento, que utiliza como base da pesquisa palavras-chave sobre o tema, posteriormente, indicamos os procedimentos gerais deste trabalho. Por fim, levando em consideração esses aspectos, entendemos que as decisões voltadas ao cessamento das atividades das escolas do município de Erechim, sede regional da 15ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), passaram por um processo de votação em Plenário, tendo como documentos base pareceres formulados em ato declaratório, que apontam em seus dados as principais justificativas apresentadas para argumentar e provar as incidências e particularidades das escolas, propondo a cessação de suas atividades. Ainda, entendemos que a cessação dessas escolas implica na ruptura de valores e vivências nas comunidades camponesas, instigando a evasão dessas populações.

2 EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: DO HISTÓRICO, DAS POLÍTICAS, DA ESCOLA DO/NO CAMPO

A educação pode ser descrita como: “[...] o fenômeno da educação, como social, construído pelo coletivo de sujeitos em relação, é caracterizado por aspectos materiais, pedagógicos, econômicos, éticos, sociológicos e subjetivos” (Bock, 2019, p. 58). Ademais, a educação representa a herança cultural para a transformação do mundo, está ligada intrinsecamente às características da vida humana; ela ainda faz a mediação do indivíduo com a sociedade (Caldart, 2015). O ser humano, é um ser histórico, que carrega consigo sua cultura e o legado do contexto da realidade em que vive. A população camponesa, historicamente, é composta por colonizadores imigrantes que invadiram o território e marginalizaram os povos indígenas remanescentes.

A educação do/no campo, para tornar-se uma política pública, traz a marca das lutas e dos tensionamentos protagonizados pelos movimentos sociais, principalmente, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para assegurar a reforma agrária e a conquista de uma educação de qualidade e que dialogue com os valores e a cultura dos povos do campo. Para atuar na escola do campo, a demanda é também pela formação específica de docentes. Hoje, a luta tem outro desdobramento, que é pelo não fechamento de escolas do campo. Em concordância, a CEB/CNE nº 36/2001 (p. 01), traz uma reflexão sobre a educação do campo, considerando que:

O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.

Ademais, partindo dessa concepção, encontramos nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, explicitações sobre a sua composição e a importância das escolas do campo aos povos camponeses, tendo em vista que a escola se faz da comunidade e a comunidade também se faz da escola.

Cabe ressaltar que o processo de cessação das atividades das escolas do campo produz um reflexo significativo, no que tange à perda da cultura viva e dos

valores cultivados nas pequenas comunidades camponesas. Caldart (2020, p. 57), prospecta que a educação do campo: “[...] aprofunda os vínculos históricos de constituição da Educação do Campo pela leitura da realidade atual dos sujeitos coletivos que a integram e da dinâmica pedagógica que estão produzindo em suas lutas e seu trabalho”. Nesse sentido, entende-se que as escolas do campo são parte fundamental da comunidade rural, em que a educação formal tem seu papel ampliado, trazendo como pauta a cultura dessas pequenas localidades interioranas.

No que tange ao fato do incentivo ao cessamento das atividades das escolas do campo, é importante destacar a influência do capitalismo e do neoliberalismo no campo da educação. Na perspectiva marxista, a teoria da dominação relacionada ao Estado é usada pela burguesia como uma estratégia para preservar o sistema de classes e promover a segregação social. Saviani (1999) lembra-nos de um conceito interessante ao falar sobre as classes sociais, destacando que há uma luta constante entre os dominantes e os dominados, ou seja, entre a burguesia e o proletariado.

Nos próximos dois tópicos deste capítulo encontram-se aspectos históricos da homologação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394/96 e a partir de 2001 com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Também, aponta narrativas sobre o neoliberalismo e a sua influência, tanto na educação básica formal quanto nas políticas educacionais voltadas à desumanização dos sujeitos.

2.1 Políticas educacionais no Brasil: um olhar neoliberal sobre a LDB – Lei nº 9.394/96

Em um breve contexto histórico, em meados de 1934 a Constituição brasileira já havia estabelecido a necessidade de um Plano Nacional de Educação e leis que fixassem as diretrizes para a educação nacional. Historicamente, a primeira Lei de Diretrizes de Base da Educação fora publicada por João Goulart, presidente em exercício no ano de 1961 – a Lei nº 4.024/61. A Constituição Federal de 1988, à época trouxe aspectos inovadores para a educação e a sociedade brasileira como um todo, destacando a necessidade de uma reformulação da antiga LDB – Lei nº 4.024/61.

Assim sendo, o presidente em exercício no ano de 1996, Fernando Henrique Cardoso, juntamente ao seu ministro da Educação Paulo Renato, sancionaram a atual LDB – Lei nº 9.394/96, qual foi sendo redigida durante o período de 1988 até 1996. Nessa reformulação, foram apresentadas mudanças estruturantes, como a divisão da Educação Básica em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, bem como a Educação Superior. Como um dos pontos fortes a Lei trouxe o princípio de direito universal à educação para todos, como responsabilidade do Estado e da família.

A LDB, por sua vez, fez emergir a necessidade de regulamentar as Diretrizes para a Educação Nacional. Assim, como resultado de um longo processo histórico cumpre-se com a necessidade de produzir e implementar um Plano Nacional de Educação², previsto na LDB – Lei 9.394/96.

Ademais, entendemos que a centralização das decisões voltadas as políticas educacionais ainda se dão em nível federal. Para tanto, a centralização das decisões contrapõe a própria LDB – Lei 9.394/96, uma vez que: “O artigo 14 estabelece os princípios que nortearam a gestão democrática do ensino público na educação básica e o artigo 15 assegura progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e gestão financeira às escolas (Santos, 2006, p. 209). Encontramos, ainda, na LDB – Lei 9.394/96, no art. 9º trazendo que a União será responsável por “I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios” (Brasil, 1996, s./p.).

Dessa forma, compreendemos que o atual PNE foi elaborado partindo do pressuposto de que as singularidades dos estados e municípios estão presentes nas proposições. Assim sendo, entendemos que ainda há autonomia nas esferas estadual e municipal, em que as especificidades deveriam ser incluídas. Todavia, ressaltamos que para além da LDB – Lei 9.394/96, dos Planos Nacionais de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e dos demais documentos reguladores, as competências em nível estadual e municipal ainda são regentes (Santos, 2006).

² O primeiro plano decenal para a educação brasileira (PNE) de 2001, foi estabelecido pela Lei nº 10.172, com vigência entre 2001 e 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-normaatualizada-pl.pdf>. O segundo PNE em vigor até dezembro de 2025, aprovado pela Lei 13.005 de 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>.

Por conseguinte, cabe-nos ressaltar a LDB – Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que engloba a amplitude da Área da Educação, salienta no art. 1º, que: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996, s./p.). Nesse sentido, a Educação do Campo, por sua vez, na Lei citada é referenciada no art. 28, que trata sobre sua oferta e garantia, indicando que

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância (Redação dada pela Lei nº 14.767, 2023);

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Entendemos, partindo dessas concepções, do ponto de vista legal, que à escola situada no campo é assegurado que adaptações possam ocorrer, com a finalidade de sua permanência nas pequenas comunidades rurais. Destarte, tendo em vista a pequena menção voltada à educação do/no campo na LDB – Lei 9.394/96, entendemos que o olhar neoliberal está fortemente voltado para este fato, pois a referida Lei foi aprovada em um contexto histórico em que a doutrina neoliberal no Brasil, encontrava-se em plena ascensão.

As mudanças estruturantes nas leis voltadas às necessidades do capital entrelaçam uma relação com a educação formal, que se materializam nas reestruturações curriculares, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio (Guimarães, 2021). Historicamente, a educação básica sofre ataques de movimentos radicais que buscam a implementação de conceitos morais e religiosos, atacando os interesses populares do Estado. Deveras problemático, essa ideologia de “acabar com o esquerdismo” ataca a educação popular e incentiva de forma livre o consumismo e os interesses restritos, uma vez que agentes políticos lutam bravamente para acabar com o fantasma do comunismo e ampliar os conceitos voltados ao darwinismo social (Freitas, 2018). Cabe, ainda, o questionamento: o individualismo é pensado ou sistematizado? Liberdade e igualdade não andam juntos?

Na educação, essa doutrina se consolidou por meio de uma pedagogia tradicional, focada na cultura generalizada e em procedimentos técnicos, em que o do-

cente é visto como o “portador de todo o saber”, consolidando a meritocracia e o autoritarismo no ambiente educacional.

Mencionando brevemente, a doutrina liberal está em ascensão há cerca de dois séculos no território brasileiro, trazendo como principais justificativas a defesa da liberdade e dos interesses individuais. Visando esses interesses, o presidente da época era Fernando Henrique Cardoso, filiado ao PSDB, o qual trouxe para sua política governamental esses aspectos voltados ao mercado e as privatizações, que reverberam a educação pública na atualidade. Nesse cenário, a doutrina liberal estabeleceu-se como um modelo de organização social fundamentado na propriedade privada, inserido em um sistema de classes na sociedade (Saviani, 2005). Nesse contexto, a educação brasileira passou por diversos processos transformadores, incluindo a tendência da pedagogia progressista renovada, liberal não-diretiva e liberal tecnicista. Esses movimentos moldaram os padrões educacionais, que possibilitaram a configuração da escola que temos hoje.

Destarte, Saviani e Duarte (2021) ressaltam o iminente colapso do sistema público de educação brasileiro, o que corrobora o que já foi mencionado. Com a chegada da escola nova, tem-se uma valorização e centralização do processo voltado ao estudante; contudo, sua cultura e seus interesses só são valorizados partindo de uma visão consumista. Assim, compreende-se que a doutrina liberal, ao evoluir para o neoliberalismo, passa a ignorar aspectos importantes do sistema de ensino e das salas de aula, reforçando a ideia de que o sistema reproduz a força de trabalho e intensificando a alienação e despolitização do trabalhador (Freitas, 2018).

Entremente, um dos maiores ataques à educação do campo se dá por meio da doutrina neoliberal, uma vez que é defendido que a falta de recursos interfere na efetividade de um bom trabalhador, bem como que ao frequentar uma escola da cidade a eficiência e a eficácia se dão a partir de menor custo para o mercado de trabalho (Coan, Santos, Pagliarin, 2022). Portanto, a legitimação das desigualdades sociais amplia-se fortemente, uma vez que são consideradas as culturas e valores das classes dominantes, interferindo drasticamente no capital cultural. Assim, ocorre o processo de desumanização dos indivíduos, uma vez que se entende que a concorrência é pautada pela sobrevivência do mais forte (Coan, Santos, Pagliarin, 2022).

Ao considerar a cultura de cada localidade, cabe à parte pedagógica implicar atividades que tragam o cultivo das relações sociais de afetividade e valores, que

estejam ligados aos objetivos sociais, políticos e humanos, dessa forma deixa-se a crítica à hegemônica sociedade capitalista atual (Caldart, 2015). O Movimento Sem Terra (MST) para além de um grupo de resistência, faz parte de uma memória coletiva de formação e consciência histórica; dessa forma, é trabalhado o cultivo da memória, a luta daqueles que vieram antes para preservar sua identidade.

2.2 A escola do campo: tensionamentos na iminente cessação de suas atividades

Antes os anos 90, a educação do campo se denominava educação rural. A menção da palavra “Educação do Campo” surgiu na I Conferência Nacional da Educação Básica do Campo, tendo em vista um contexto de lutas e de reivindicações dos movimentos sociais camponeses, principalmente, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de modo que atendesse às especificidades da cultura rural. Caldart (2009, p. 40), por sua vez, traz um olhar acerca formação que precisa ser endereçado ao povo camponês.

Educação do campo não é Educação rural [...] A Educação do campo surgiu em um determinado momento e contexto histórico e não pode ser compreendida em si mesma, ou apenas desde o mundo da educação ou desde os parâmetros teóricos da pedagogia. Ela é um movimento real de combate ao “atual estado de coisas”: movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de política de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade construídas em vista de orientar ações/lutas concretas.

A educação do/no campo se trata especificamente *do* sujeito *no* campo. Ela nasce de uma crítica à realidade da educação brasileira, no que tange especificamente as particularidades educacionais do povo que trabalha e vive no/do campo, ela é um movimento real de combate (Caldart, 2009). Essa crítica, parte das [...] lutas sociais pelo direito a educação, configuradas desde a realidade da luta pela terra, pelo trabalho, pela igualdade social, por condições de uma vida digna de seres humanos lugar em que ela aconteça (Caldart, 2009, p. 39). Cabe-nos realçar que é na década de 1990, que se ampliou o fechamento das escolas do campo, inicialmente, com a ideia de nucleação, envolvendo a questão da municipalização das escolas estaduais existentes à época nos municípios.

A escola do campo, historicamente, sofre ataques que ameaçam a sua permanência, tornando-se nítido que, cada vez mais, os sistemas de ensino estadual e municipal estão inclinados a extinguir a escola pública, principalmente, aquela escola situada no campo. As narrativas para a cessação de atividades das escolas do campo é de que o índice de matrículas é reduzido, que o custo para manter uma pequena escola com poucos estudantes é alto.

Temos o entendimento de que os recursos necessários, além dos professores, para promover intervenções na Educação do/no Campo não devem ser encarados apenas como ferramentas técnicas baseadas na lógica instrumental, mas como investimento no sujeito que produz sua vida no campo. É essencial refletir sobre o campo como um espaço que gera vida, relacionamentos e formas de organização, reconhecendo a diversidade das identidades dos sujeitos sociais que ali habitam. Além disso, é importante observar que a escola, enquanto instituição e organização social, está diretamente afetada pelos eventos e fenômenos que impactam os camponeses de maneiras diversas.

Todavia, fica explícito que, principalmente, as políticas públicas de educação são conectadas com o viés da privatização em massa da educação, encharcadas de ataque à democracia e aos direitos assegurados por lei, estes que garantem uma educação “pública e de qualidade”. Corroborando a ideia, Chaui (1999, *apud* Santos, 2006, p. 205) destaca que:

[...] se não lutarmos contra o neoliberalismo, nossas tentativas para reconstruir a escola pública nos seus três graus estará prometida ao fracasso. O neoliberalismo não é uma lei natural nem uma fatalidade cósmica nem muito menos o fim da história. Ele é a ideologia de uma forma histórica particular assumida pela acumulação do capital, portanto, algo que os homens fazem em condições determinadas, ainda que não saibam e que podem deixar de fazer se, tomando consciência delas, decidirem organizar-se contra elas.

De acordo com o exposto por Chaui (1999, *apud* Santos, 2006), percebemos que o caminho que a educação brasileira vem trilhando, *pari passu*, com a ideologia neoliberal está fadado ao colapso do sistema público educacional, que cada vez mais vem sofrendo alterações para suprir as demandas do mercado de trabalho e do fortalecimento da economia. Diante de tal realidade, entendemos que a resistência, ainda, está incumbida ao papel do educador atuante no sistema de ensino, es-

pecialmente, na escola do campo. Ainda, a CEB/CNE nº 36/2001 (2001, p. 16) estabelece que:

A propósito da educação rural, não se observa, mais uma vez, a inclusão da população na condição de protagonista de um projeto social global. Propõe, ao tratar da formação dos profissionais da educação, o ajustamento às diferenças culturais.

Dessa forma, os profissionais atuantes na educação do/no campo recebem formações ao longo de sua carreira acadêmica e docente (em serviço), tendo como horizonte o acolhimento aos valores, à cultura e ao contexto existente em cada sala de aula, uma vez que a mediação entre a vida cotidiana e o conteúdo é incumbida, especialmente, aos docentes. Para Caldart (2015, p. 128), uma matriz pedagógica que envolva a cultura necessita ser entendida como uma

[...] experiência humana de participação em processos de trabalho, de luta, de organização coletiva que se traduz em um modo de vida ou um jeito de ser humano (grupos, pessoas) que produz e reproduz conhecimentos, visão de mundo e que passa a ser herança compartilhada de valores, objetos, ciências, artes, tecnologias, símbolos.

Destarte, uma matriz alinhada com a cultura faz parte de toda a concepção de identificação do ser humano, principalmente daquele que se entende como parte de um grupo. Desse modo, é impossível educar as pessoas sem considerar o fator cultural, sendo papel do agente educacional incluir o cultivo das identidades como uma intencionalidade pedagógica, especialmente nas escolas nas comunidades camponesas (Caldart, 2015). Assim, a mesma autora traz, ainda, que a natureza e o destino da educação do/no campo estão

[...] ligados ao destino do trabalho no campo e, conseqüentemente, ao destino das lutas sociais dos trabalhadores e da solução dos embates de projetos que constituem a dinâmica atual do campo brasileiro, da sociedade brasileira, do mundo sob a égide do capitalismo em que vivemos (2009, p. 37).

Entendemos, a partir do exposto, que o fechamento das escolas do/no campo faz parte do projeto de desmonte da educação pública, trazendo aspectos significativos para a discussão a partir de concepções acerca da cultura dos povos camponeses. Nesse sentido, o fechamento das escolas situadas no campo faz parte de um intenso processo territorial, acelerando a liberação de terras para o acúmulo do capital no campo, representado pelo agronegócio (Coan, Santos e Pagliarin, 2022). Em vista disso, prospectamos que a cessação dessas escolas, no que se refere à

questão econômica, acarreta menos gastos para a mantenedora (estados e municípios).

Em contrapartida, a LDB – Lei 9.394/96, traz em seu art. 3º que: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (Brasil, 1996, s./p.), o que dialoga sobre a obrigatoriedade da oferta por parte das mantenedoras e, do acesso e da permanência da educação do/no campo por parte das famílias e dos estudantes. Entretanto, temos o conhecimento de algumas justificativas para a cessação das escolas do/no campo, sendo que não levam em consideração a legislação em vigor, utilizando-se de outras justificativas para o encerramento das atividades. Nesse sentido, Paludo e Santos (2020, p. 29) destacam que na educação do campo, trabalho e educação se relacionam, enfatizando que

Na relação estreita entre educação e desenvolvimento. Isso é, há uma relação estreita entre a negação, a resistência e luta ao atual projeto de desenvolvimento para o campo, que consubstancia no agronegócio e na educação para o campo, a formulação e vivência na perspectiva de construção de outro projeto de desenvolvimento, que é nomeado desenvolvimento do campo, e a incorporação do trabalho como matriz educativa.

Nessa perspectiva, percebemos uma relação da educação e do desenvolvimento geral em seu conjunto, fomentando que o projeto atual de desmonte da educação, principalmente, da educação do campo atinge diversas outras áreas que juntas, resultam em dados expressivos para além dos números. A despeito disso, Caldart (2015, p. 118) faz referência à transformação da escola e da comunidade em seu entorno, entendendo que a escola estabelece relações sociais, envolvendo os processos culturais que constituem os sujeitos, salientando que:

Uma implicação bem prática desse raciocínio é que qualquer movimento de transformação que aconteça em uma escola concreta (menos ou mais avançado), terá com um ponto de partida da escola já existente (é preciso partir da situação existente), com os seus sujeitos concretos, suas contradições internas e de seu em torno; movida de dentro para fora (educando os educadores) ou de fora para dentro (comunidade, governos, movimentos sociais).

O fato de cessar o funcionamento de uma escola implica na ruptura do vínculo dos sujeitos daquela comunidade com a sua cultura e os seus valores locais. Cabe-nos destacar, ainda, que esse processo de cessação é um reflexo da perda da

cultura viva e de valores cultivados pelos sujeitos nas pequenas comunidades. Ainda, Caldart (2020, p. 57) traz uma perspectiva voltada aos sujeitos presentes na educação do/no campo, apontando que:

Essa perspectiva aprofunda os vínculos históricos de constituição da Educação do Campo pela leitura da realidade atual dos sujeitos coletivos que a integram e da dinâmica pedagógica que estão produzindo em suas lutas e seu trabalho.

A luta pela permanência destas escolas parte de uma luta do sistema classista, de resistência em prol das relações sociais, pois, é a partir desse movimento que a educação ocorre, também, em espaços não formais. Entendemos que a educação do/no campo transcende das paredes das instituições de ensino, ancorando-se na comunidade do seu entorno e trazendo as vivências significativas para a vida no cotidiano escolar, de forma que contribua para a constituição e a concretização das aprendizagens desenvolvidas pelo ensino naquele lugar.

No que tange à luta pela permanência desses/nesses espaços, salienta-se que o entendimento do sistema influi, diretamente na transformação dessas escolas e na sua permanência, partindo do pressuposto de que o projeto da escola e o projeto histórico estão diretamente ligados. Nesse alinhamento, vem à tona questões sobre o tipo de sociedade que se quer construir e de como fazer isso, como buscar a emancipação e o desenvolvimento pleno do ser humano (Caldart, 2015). Nesse sentido, entendemos que o sistema influencia, tanto no desenvolvimento da educação quanto nas políticas públicas, considerando as devidas legislações. Tendo isso em vista, o art. 27 da LDB – Lei nº 9.394/96 traz que:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (Brasil, 1996, s./p.).

Nessa perspectiva, a mantenedora tem como responsabilidade analisar as condições e justificativas apresentadas pela Secretaria de Educação dos municípios para o cessamento das atividades das escolas do/no campo, assim entendendo que a influência do sistema se dá nas entrelinhas (Caldart, 2015). Tais documentos norteadores apresentam lacunas significativas em seu desenrolar, destacando a fragilidade em que encontrar essas comunidades, mantidas (ou não) pelos interesses legais. Nestes documentos, a população campesina é vista apenas como um dado,

“São números citados de uma população esquecida. São apenas quantidades ou, no máximo, referências marginais e pejorativas” (Arroyo; Caldart e Molina, 2009, p. 28). Nesse sentido, essas populações são esquecidas, deixadas de lado pelo sistema capitalista e neoliberal, que trata a educação do/no campo de forma excludente (Arroyo; Caldart e Molina, 2009).

Como possibilidade de frear o processo cessamento de atividades das escolas do/no campo, entendemos que há tensionamentos que envolvem lutas coletivas e sujeitos sociais do campo, juntamente com o movimento de defesa da educação pública. Ademais, deve prevalecer a finalidade de manter as escolas nessas comunidades, como forma de manter viva e ativa sua cultura, bem como vinculada aos processos educativos de ensino e de aprendizagem.

Destarte, no próximo capítulo encontram-se aos dados da pesquisa, organizados em um subtítulo e apresentados de forma dinâmica e visual, a partir de quadros, mapas e gráficos.

3 CESSAÇÃO DAS ATIVIDADES NAS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS

No âmbito do campo brasileiro, a educação na prática se lança como um direito e amplia-se na luta dos movimentos do campo por escolas e a sua manutenção. Ao trazer para o debate as concepções de Educação Popular, entendemos que ela se situa nos interesses da classe trabalhadora, das classes populares. Esses interesses afetam, especificamente, as populações vinculadas às classes populares, por conta das disputas e lutas sociais voltadas à transformação social, que poderá ocorrer por meio do acesso e da permanência à educação emancipadora (Paludo, Santos, 2020).

A educação do/no campo tem como base a escola formal e informal, uma vez que se entende que a vivência na comunidade é tão significativa quanto a de dentro da sala de aula. Assim sendo, das aproximações desses espaços podem tornar os processos de ensino e de aprendizagem, muito mais significativos e relevantes às comunidades pertencentes ao campo. Ademais, Caldart (2009, p. 111) explicita sobre o reconhecimento dos processos que ocorrem nas escolas do campo.

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seu saberes, sua cultura, seu sujeito.

Nesse sentido, entendemos que a luta pela permanência desses espaços educativos formais e não formais, composto pelas escolas situadas no campo não é uma luta de curta duração ou de pouca resistência. De acordo com Caldart (2009), no plano de luta por escolas do/no campo, reafirma-se o direito à educação na perspectiva de transformar a realidade educacional e social. Entremente, os dados presentes no próximo subtítulo evidenciam problemas acarretados pela evasão dos povos camponeses, bem como o incentivo da mantenedora na cessação das atividades das escolas dessas localidades, utilizando-se de justificativas variadas durante o processo.

3.1 O que apontam os dados

Em um breve contexto, por volta dos anos 50 o território do Grande de Sul foi palco de tensionamentos por parte dos agricultores e suas precárias condições de trabalho e vida, uma vez que esses estavam em posição subjugada na dinâmica econômica capitalista, impulsionando a organização dos trabalhadores rurais (Hares, 2007). Destarte, essas organizações e movimentos cada vez mais ganharam força, tendo em vista a realidade em que se encontram as populações camponesas até os dias atuais. Entendemos que a educação do/no campo por ser palco dessas lutas, sofre frequentes ataques contra a sua existência, ocasionando severas rupturas dentro e fora da escola.

Na região, uma das mantenedoras responsáveis pela decisão de cessamento das atividades das escolas situadas no campo é a Coordenadoria Regional de Educação (CRE). Em meados dos anos 2000, as CREs foram reorganizadas para agilizar a comunicação das regiões com a Secretaria Estadual da Educação (Seduc), ampliando a organização e o atendimento da rede estadual de ensino do estado. As Coordenadorias Regionais de Educação, também referidas como Diretorias Regionais de Educação (DREs), foram criadas como resultado de uma reestruturação da administração educacional, particularmente, em níveis estadual e municipal. Em muitos casos, sua criação foi impulsionada pela necessidade de descentralizar a administração educacional e aproximar a tomada de decisões acerca das questões e demandas locais.

O mapa abaixo refere-se à divisão administrativa da Secretaria Estadual da Educação do Rio Grande do Sul, que conta com 30 Coordenadorias Regionais de Educação no Estado. Cada CRE tem uma área de abrangência geográfica, pela qual fica responsável por coordenar e implementar as políticas educacionais do estado em sua região.

Imagem 1:Mapa de divisão das CREs.



Fonte: Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul

A 15ª Coordenadoria Regional de Educação (15ª CRE), atuando como um elo entre a Seduc e as noventa e uma (91) escolas estaduais da região, é o órgão público oficial encarregado da administração, organização e comunicação das diretrizes que orientam a educação no Rio Grande do Sul, atendendo a mais de 21 mil estudantes. A 15ª CRE tem sede na cidade de Erechim e abrange quarenta e dois (42) municípios do Rio Grande do Sul, sendo eles: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Barracão, Benjamin Constant do Sul, Cacique Doble, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebango, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Machadinho, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Maximiliano de Almeida, Paim Filho, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, Sananduva, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José do Ouro, São Valentim, Severiano de Almeida, Três Arroios, Tupanci do Sul e Viadutos.

Cumprindo com o objetivo de analisar os dados referentes à cessação das atividades das escolas estaduais situadas no campo, em contato com a 15ª CRE, conseguimos acesso aos registros documentais que elucidam o problema de pesquisa da presente monografia. Nesse momento, específico, optou-se por utilizar apenas dados do município de Erechim, uma vez que a autora que detalhará tais

dados reside neste mesmo município e este, ainda, é sede regional da respectiva CRE. Assim sendo, os dados aqui analisados dizem respeito às escolas situadas no campo que tiveram suas atividades encerradas a partir do ano de 1997, mesmo ano em que se implementava a nova LDB – Lei 9.394/96 e que trazia, em seu bojo artigos que propunham e garantiam a permanência dessas escolas nas comunidades campesinas.

No recorte histórico de 1997 a 2024, no município de Erechim, cinco (05) escolas estaduais situadas no campo foram cessadas com a aprovação do relatório/parecer formulado e aprovado em votação em plenário do Conselho Estadual de Educação (CEE). As escolas cessadas foram:

- Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Gomes, em 27 de fevereiro de 2009;
- Escola Estadual de Ensino Fundamental Bairro Demoliner, em 23 de setembro de 2009;
- Escola Estadual de Ensino Fundamental Dourado, em 07 de outubro de 2009;
- Escola Estadual de Ensino Fundamental Rosa Argenta, em 2018;
- Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Burin, em 2021.³

As escolas citadas nos relatórios, trazem em seus dados as principais justificativas para a cessação das atividades, a localização e a escola que os estudantes remanescentes foram transferidos, como esses estudantes serão/são levados à escola, entre outras informações. Abaixo, situamos as escolas e seus dados contidos nos relatórios, em ordem cronológica de cessação de suas atividades, do ano de 2009 ao ano de 2021, respectivamente.

Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Gomes

³ Elucidando, no ano de 2009, ano em que três escolas foram cessadas, a governadora do estado do Rio Grande do Sul era Yeda Crusius, do PSDB. No ano de 2018, ano em que uma escola foi cessada, o governador era José Ivo Sartori, do MDB. No ano de 2021, ano em que a última escola foi cessada, o governador era Eduardo Leite, do PSDB. Assim sendo, entende-se nas entre linhas que os governadores nos anos de cessamento das escolas tinham sua política alinhada aos ideais neoliberais.

A primeira escola cessada após a implementação da LDB – Lei 9.394/94, Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Gomes, que se situava na Estrada Áurea Rio Poço, no município de Erechim. A escola foi criada a partir do Decreto Estadual nº 11.767, de 07 de novembro de 1960, passando por três classificações e reorganizações nos anos de 1969, 1977 e 2001.

Os estudantes remanescentes da escola cessada totalizando quatorze (14), foram transferidos para escolas da rede estadual, sendo doze (12) estudantes para Escola Estadual do Ensino Médio Professora Helvética Rota Magnabosco, dois (02) estudantes para o Colégio Estadual Haidee Tedesco Reali, ambas localizadas na sede do município de Erechim, distantes a 3 e 5 quilômetros, respectivamente, da escola cessante. Dessa forma, os estudantes utilizam o transporte escolar fornecido pela municipalidade.

Segundo consta no documento, a escrituração escolar está organizada e regularizada, bem como ficará sob a responsabilidade da Escola Estadual do Ensino Médio Professora Helvética Rota MagnaBosco, localizada no município de Erechim

Destarte, no dia 21 de outubro de 2008 foi realizado uma reunião com representantes da direção, da 15ª CRE e pais para tratar sobre o encerramento das atividades escolares nessa instituição. Assim, com a aprovação da maioria na sessão plenária, embasada na Resolução nº 266, de 20 de março de 2002, do Conselho Estadual de Educação (CEED), revogada, posteriormente, pela Resolução nº 320 de 2012 do CEED, a escola teve suas atividades cessadas no início do ano de 2009.

Escola Estadual de Ensino Fundamental Bairro Demoliner

A escola foi criada pelo Decreto Estadual nº 19.130, de 25 de junho de 1968, sendo autorizada a funcionar no mesmo ano. Posteriormente, fora reorganizada e teve a denominação ajustada em 1969 e 1981.

Os sete (07) estudantes remanescentes da escola cessante foram transferidos para escolas da rede estadual de ensino, sendo dois (02) estudantes para Escola Estadual do Ensino Fundamental Dr. José Vicente da Maia, dois (02) estudantes para Escola Estadual de Ensino Fundamental Lourdes Galeazzi, um (01) estudante para Escola Estadual do Ensino Fundamental Sete de Setembro, e os dois

(02) estudantes para escola Estadual Normal José Bonifácio, localizadas 6, 7, 5 e 8 quilômetros respectivamente, da escola cessante.

Assim como a Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Gomes, a escrituração escolar e o arquivo da escola cessante estão organizados e dispostos na Escola Estadual do Ensino Fundamental São Vicente de Paula, localizada, na sede do município de Erechim.

A aprovação por parte da maioria dos participantes na sessão plenária, embasada na Resolução nº 266, de 20 de março de 2002, do Conselho Estadual de Educação (CEED), revogada, posteriormente, pela Resolução nº 320 de 2012 do CEED, a escola teve suas atividades cessadas no início do ano de 2009.

Escola Estadual de Ensino Fundamental Dourado

A Escola Estadual do Ensino Fundamental Dourado localizamos em Linha 2 - Secção Dourado. A escola foi criada pelo Decreto Estadual nº 3.871, de 13 de março de 1953. Com o passar dos anos, fora classificada e reorganizada três (03) vezes, sendo 1969, 1979 e 2001. A escola Estadual de Ensino Fundamental Dourado cessou suas atividades escolares em 27 de fevereiro de 2009.

Os dezessete (17) estudantes remanescentes da escola cessante foram transferidos para as escolas, sendo um (01) estudante para Escola Estadual de Ensino Fundamental São Vicente de Paula, quatro (04) estudantes para Escola Estadual de Ensino Fundamental São João Batista de La Salle, um (01) estudante para o Colégio Estadual Professor Mantovani, um (01) estudante para a Escola Estadual de Ensino Fundamental Sete de Setembro, quatro (04) estudantes para Escola Municipal do Ensino Fundamental Jaguaretê, estas localizadas no município de Erechim e seis (06) estudantes para Escola Municipal do Ensino Fundamental Maurício Cardoso, localizada no município de Três Arroios, distantes aproximadamente a 8, 12, 11, 9, 12 e 5 quilômetros, respectivamente. As estradas pavimentadas e não pavimentadas apresentam boas condições de trafegabilidade. Já os estudantes são conduzidos às escolas próximas por meio do transporte escolar fornecido pela Prefeitura Municipal de Erechim.

A escrituração escolar e o arquivo da escola cessante permanecem sob responsabilidade da Escola Estadual de Ensino Fundamental São Vicente de Paula. A partir da aprovação pela maioria na sessão plenária, embasada na Resolução nº

266, de 20 de março de 2002, do Conselho Estadual de Educação (CEED), revogada, posteriormente, pela Resolução nº 320 de 2012 do CEED, a escola teve suas atividades cessadas no início do ano de 2009.

Escola Estadual de Ensino Fundamental Rosa Argenta

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Rosa Argenta se localiza no Povoado Argenta, KM 10. A escola foi criada em 1960, como a criação de escolas rurais isoladas a partir do Decreto Estadual nº 11.767 de 1960. Essa unidade escolar passou por reorganizações e designações por três (03) vezes, nos anos de 1978, 2001 e 2003.

As principais causas da cessação das atividades da escola se dão pelo número baixo de estudantes dois (02), o que torna muito oneroso para se manter uma estrutura com direção e demais profissionais auxiliares, bem como manter a estrutura física para seu funcionamento.

A Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento e Segurança Alimentar do município de Erechim sugere que após o cessamento das atividades da escola, deva naquele espaço ocorrer atividades de Educação Ambiental. Atividades a serem desenvolvidas nos finais de semana com a participação de estudantes da área urbana.

Diferente das unidades escolares anteriores, na ocasião do cessamento das atividades dessa escola o prefeito e o presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Erechim manifestaram-se não tendo qualquer objeção em relação a possível sensação do funcionamento da escola.

No dia 18 de junho de 2018 foi convocada uma Assembleia Geral com a comunidade escolar para tratar da cessação das atividades da escola, em que compareceram pais, representantes do Círculo de Pais e Mestres (CPM) e representantes da 15ª CRE, sendo aprovada por unanimidade, a cessação do funcionamento da escola.

Os dois (02) estudantes remanescentes foram transferidos um (01) estudante para Escola Estadual do Ensino Médio Professora Helvética Rotta Magnabosco e um (01) estudante para o Colégio Estadual Professor Mantovani, situados a 3 e 5 quilômetros de distância, respectivamente. Os estudantes são transportados por

veículos pertencentes ao sistema de transporte escolar e as estradas encontram-se em boas condições de trafegabilidade.

Assim como as anteriores a estruturação escolar está organizada e disposta na Escola Estadual do Ensino Médio Professora Helvética Rotta Magnabosco. A escola foi cessada em 20 de julho de 2018, pela Resolução nº 392, de 2019, do CEED. Assim sendo, a partir da votação da maioria em sessão plenária, que diferente daquilo que foi utilizado para as escolas anteriores, solicita-se um número maior de documentos que comprovem a necessidade de cessação da escola.

Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Burin

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Burin, localiza-se na linha Rio Negro, povoado Coan, s/n. A criação da escola se deu no ano de 1968, passando por seis (06) reorganizações em 1969, 1977, 1984, 1996, 1997 e 2000.

Em setembro de 2021 as famílias, professores, diretora, Conselho Escolar, Círculo de Pais e Mestres e funcionários compareceram a uma reunião para a discussão sobre o cessamento das atividades da escola, mostrando-se favoráveis ao processo de cessação das atividades educativas. Assim como a escola anterior, esse documento detalha de forma significativa outras informações.

Os oito (08) estudantes remanescentes foram matriculados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaguaretê, por ser mais próxima de suas residências, situada na zona rural, há aproximadamente 12 quilômetros de distância da escola cessante. Os estudantes serão/são transportados por veículos do sistema de transporte escolar; as estradas encontram-se em boas condições de trafegabilidade.

O prédio da escola será utilizado para o desenvolvimento de projetos educacionais e de cultura, a escrituração escolar segue no acervo da Escola Estadual do Ensino Fundamental Lourdes Galeazzi.

Destacamos que nesse momento, tanto a escola Rosa Argenta quanto Antônio Burin, escolas cessadas mais recentemente, necessitaram de mais documentos para compor o rol de justificativas padrões para o processamento de cessação das suas atividades, isso deu-se pela revogação da antiga Resolução nº 266 do CEED, substituída pela Resolução nº 329, de 2015 do CEED.

O Conselho Estadual de Educação formulou resoluções responsáveis em grande parte da cessação das atividades das escolas situadas no campo, tendo em

vista as normas de credenciamento estabelecidas no documento. Em específico, os documentos trazem a Resolução nº 266, de 2002 (CEED), a qual fora revogada pela Resolução nº 320, de 2012 (CEED) e pela Resolução nº 329, de 2015 (CEED). Acreditamos que, por conta dessas revogações, as escolas cessadas a partir destas datas, sendo a Escola Estadual de Ensino Fundamental Rosa Argenta e a Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Burin, passaram por mais processos antes da cessação de suas atividades; em ambas, além de uma reunião com a comunidade escolar e seus representantes, houve a participação do poder municipal, assim como foi requisitado um número maior de documentos comprobatórios para justificar as alegações para o cessamento. Abaixo, trazemos um quadro onde constam as justificativas trazidas pela mantenedora para consolidar o cessamento das escolas.

Quadro 1: Justificativas para a cessação das atividades das escolas do/no campo.

Escolas	Justificativas
Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Gomes	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Redução significativa da clientela atendida pela escola;</i> - <i>Garantia de transporte aos alunos, até as escolas mais próximas, fornecido pela municipalidade;</i> - <i>As escolas que passaram a atender aos alunos remanescentes da Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Gomes, atendem aos educandos, onde cada série constitui uma turma;</i> - <i>As escolas da rede estadual que passaram a atender os alunos remanescentes da escola cessante, oferecem a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo que o Colégio Estadual Haidee Tedesco Reali atende alunos de Educação Básica e Cursos Técnicos, assegurando assim a continuidade dos estudos.</i>
Escola Estadual de Ensino Fundamental Bairro Demoliner	<ul style="list-style-type: none"> - <i>A redução significativa da clientela atendida pela escola;</i> - <i>Garantia de transporte aos alunos for fornecido pela municipalidade;</i> - <i>As escolas que passaram a atender os alunos rema-</i>

	<p><i>nescentes da escola Estadual de Ensino Fundamental Bairro Demoliner, atendem os educandos, onde cada série constitui uma turma;</i></p> <p><i>- As escolas da rede estadual que passaram a atender os alunos remanescentes da escola cessante, oferecem a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, sendo que a Escola Estadual Normal José Bonifácio atende alunos da Educação Básica e Curso Normal, assegurando assim a continuidade dos estudos.</i></p>
<p>Escola Estadual de Ensino Fundamental Dourado</p>	<p><i>- A redução significativa da clientela atendida pela escola;</i></p> <p><i>- Garantia de transporte aos alunos até a escolas mais próximas fornecidas pela municipalidade;</i></p> <p><i>- As escolas que atendem aos alunos remanescentes da Escola Estadual de Ensino Fundamental Dourado cada série constitui uma turma;</i></p> <p><i>- Os alunos passaram a ter acesso a recursos como biblioteca, laboratórios e recursos audiovisuais, além da troca de experiências e cultura entre os colegas, garantindo acesso e permanência e adequadas condições para construção do conhecimento;</i></p> <p><i>- As escolas das redes estaduais e municipais que atendem aos alunos remanescentes da escola cessante oferecem o Ensino Fundamental, assegurando assim a continuidade dos estudos;</i></p> <p><i>- A mantenedora se responsabilizar pelo transporte escolar dos alunos remanescentes.</i></p>
<p>Escola Estadual de Ensino Fundamental Rosa Argenta</p>	<p><i>- A Escola Estadual Rosa Argenta encontra-se com acentuado e contínuo processo de redução da demanda de alunos, sem a perspectiva de aumento de matrículas para os próximos anos;</i></p> <p><i>- No ano letivo de 2018 a escola contava com 02 estudantes, sendo que para os 02 estudantes havia vaga na escola de rede pública, localizada mais próximo de suas residências;</i></p> <p><i>- Ausência de prejuízo a vida escolar dos alunos trans-</i></p>

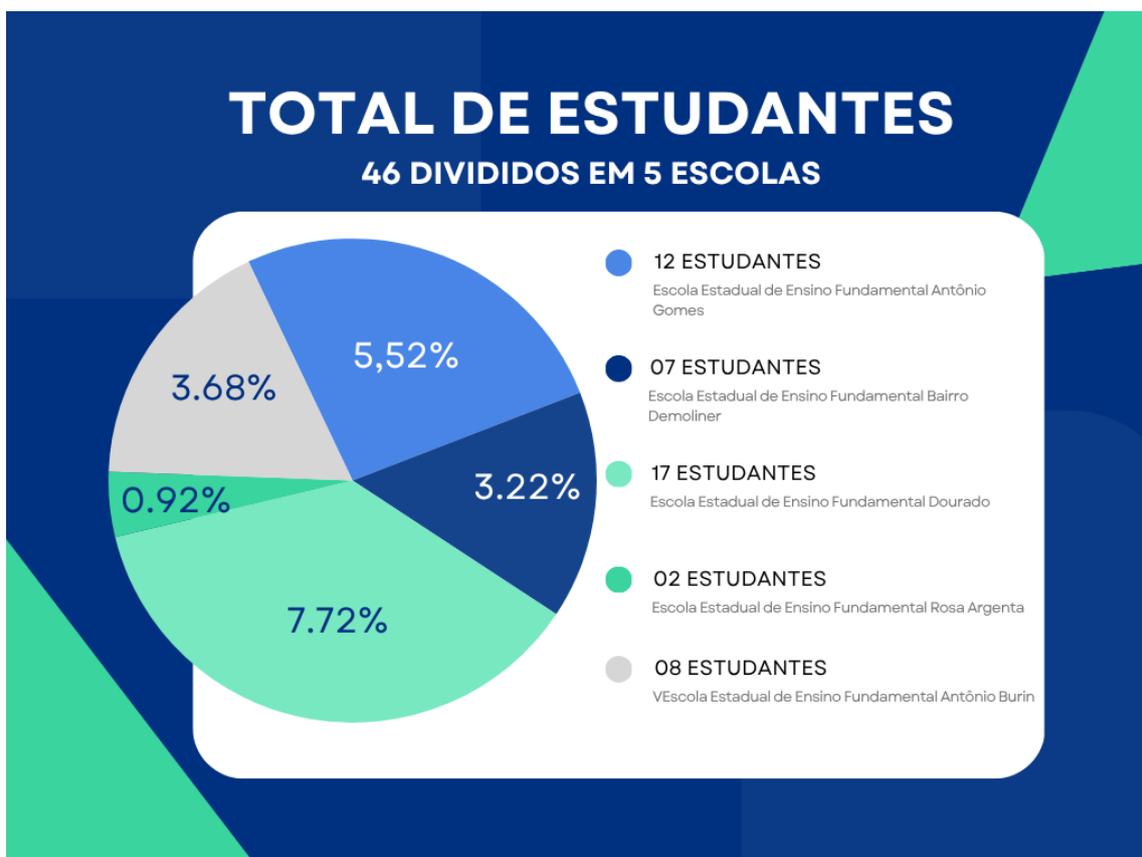
	<p><i>feridos, pois se adaptaram ao novo movimento escolar;</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>A diretora da escola aposentou-se e os profissionais da escola foram lotados em outras escolas do município de Erechim;</i> - <i>O descredenciamento da escola não acarretou prejuízos à comunidade escolar, haja visto que nenhum aluno ficou desatendido quanto à oferta de ensino público.</i>
<p>Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Burin</p>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>A escola encontra-se com acentuado e contínuo processo de redução da demanda de alunos sem a perspectiva de aumento de matrículas para os próximos anos;</i> - <i>A escola contava no letivo de 2021 com 14 alunos sendo 06 desses concluintes do Ensino Fundamental, último ano de oferta na escola, permanecendo 08 alunos, sendo que para todos havia escola da rede pública, localizado mais próximo de suas residências;</i> - <i>Os alunos foram matriculados na escola Municipal do Ensino Fundamental Jaguaretê com transporte escolar garantido pela prefeitura;</i> - <i>A diretora da escola aposentou-se e os demais profissionais da escola foram lotados em outras escolas do município;</i> - <i>Ausência de prejuízo à vida escolar dos alunos transferidos pois se adaptaram ao novo ambiente.</i>

Fonte: Secretaria Estadual de Educação (elaborado pela pesquisadora).

Tendo em vista as justificativas mais usuais, entende-se que o baixo número de estudantes das escolas é a principal alegação da mantenedora pela cessação das atividades das escolas. Tem-se que a quantidade de estudantes não é suficiente para manter a escola com toda a sua equipe multiprofissional, acarretando problemas econômicos e estruturais. Trazendo para análise uma breve reflexão, em alguns dos documentos a palavra “clientela” surge como forma de denominar a comunidade que vive a escola. Nesse sentido, para esses gestores neoliberais, a educação se torna uma mercadoria, uma vez que o acesso a ela se dê a partir de uma perspectiva econômica, indo ao desencontro do que deve ser um direito de acesso e permanência da educação pública, atacando uma vez mais a democracia.

Na sequência apresentamos um gráfico autoexplicativo, contendo a quantidade de estudantes remanescentes em cada escola.

Gráfico 1: Quantidade de estudantes remanescentes durante a cessação:



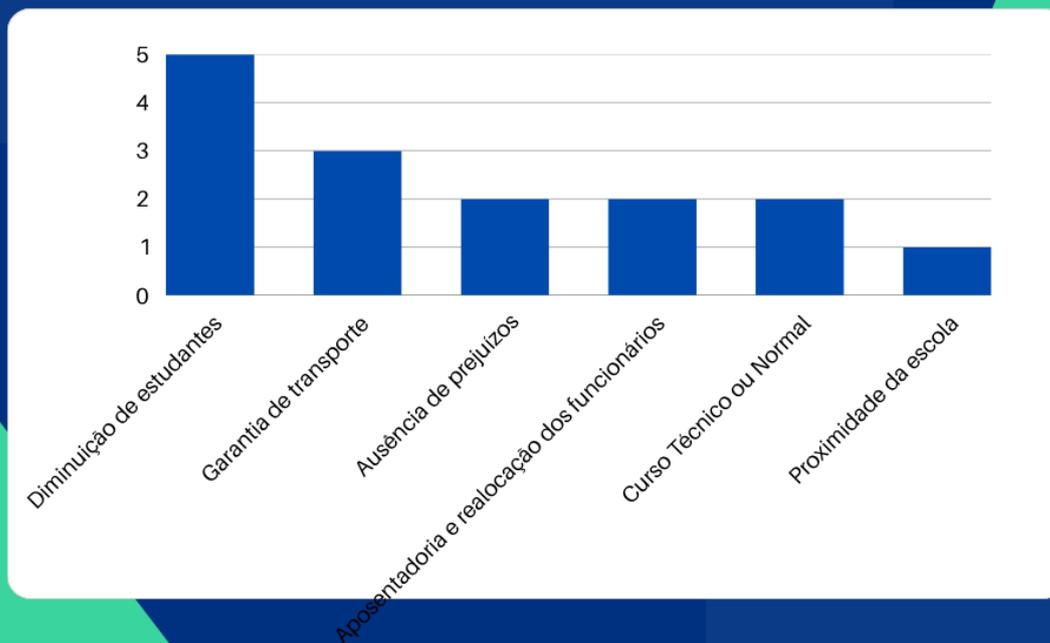
Fonte: Secretaria Estadual de Educação (elaborado pela pesquisadora).

Ainda, todos os documentos analisados trazem a indicação das escolas para as quais os estudantes foram transferidos, situando-se todas a menos de 13 quilômetros de distância de suas residências. Porém, ainda observamos que a forma de transporte oferecida é pelo município ou mantenedora, mesmo assim nem todas as estradas são pavimentadas, o que gera transtornos em dias chuvosos. Também, é preciso considerar o tempo que os estudantes permanecem dentro do transporte, tempo esse que poderia ser reduzido ou até inexistente com a escola permanecendo na própria comunidade. Ainda, apresentamos um gráfico contendo as justificativas mais utilizadas nos documentos, alegando a necessidade de cessação das atividades nas escolas.

Gráfico 2: Justificativas mais apontadas na documentação:

JUSTIFICATIVAS MAIS UTILIZADAS

5 ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO



Fonte: Secretaria Estadual de Educação (elaborado pela pesquisadora).

Considerando as justificativas apontadas nos documentos, a mais utilizada se dá pelo fato da diminuição do número de matrículas de estudantes na escola. A segunda justificativa mais utilizada é de que os estudantes terão acesso ao transporte, garantido pela mantenedora ou pelo poder público municipal, constando na sessão de “Justificativas” nos documentos analisados; duas (02) das cinco (05) escolas cessadas mais recentemente, não constam nesta mesma parte a garantia de transporte.

Empatadas em terceiro lugar, a aposentadoria e realocação dos funcionários, a oferta de escolas com Cursos Técnicos e Normal e a ausência de prejuízos na vida dos estudantes aparecem nas justificativas de duas escolas apenas, o que demonstra a preocupação da mantenedora em assegurar uma “opção melhor” para os estudantes remanescentes. A única dúvida que fica é: como medir quais os prejuízos da cessação das escolas na vida dos estudantes sem garantir acompanhamento após a transferência? Sem garantir a segurança do transporte diário?

Por último, não menos importante, consta em apenas uma documentação a proximidade da escola de transferência ser maior do que a cessada. Deveras surpreendente, consideramos ser uma das únicas justificativas voltadas ao olhar sobre essa comunidade e sobre esses estudantes.

Para tanto, a partir da presente análise dos dados, é nítida que a maior preocupação da mantenedora está voltada aos gastos financeiros e estruturais das escolas, apresentadas nas justificativas dos relatórios. Entende-se também que a LDB – Lei 9.394/96 não foi citada em nenhum momento, a qual poderia ser utilizada como uma afirmação de resistência para as escolas permanecerem ativas. Ainda, em apenas três (03) escolas foram realizadas reuniões com a comunidade, com a finalidade de esclarecer e apresentar melhores soluções, essas que também não constam nos dados.

3.2 Refletindo sobre os achados nos documentos

O problema de investigação consiste em buscar argumentos para: *Quais são os motivos apontados pela mantenedora como razão para a cessação das atividades das escolas estaduais situadas no campo no município de Erechim - 15ª CRE?* Assim sendo, para responder ao problema de pesquisa e dialogar com o principal objetivo do estudo, tornou-se fundamental tecer um olhar atento ao que trazem os documentos que asseveram a cessação das atividades das escolas estaduais do campo. Todavia, os argumentos que constam nos documentos analisados apresentam fragilidades e dificuldades em produzir reflexões ao enfrentamento às situações-problema, que dizem respeito à cessação das atividades da escola do campo.

Pensando nos argumentos voltados para a cessação das atividades das escolas do campo, cada vez mais percebemos problemas de ordem material, interferindo diretamente na sua (in)permanência. Entre as diversas questões que se entrelaçam como justificativa e que impactam o processo que culmina com o fechamento da escola do campo, podemos citar: a matrícula deficitária de estudantes; o discurso de que os estudantes remanescentes terão uma escola com melhores condições materiais e de infraestrutura; a narrativa de que terão aula com professor único para cada série/ano; a promessa de que terão direito ao transporte

escolar gratuito. Nesse sentido, é importante ressaltar que outros fatores essenciais para um adequado desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem nas escolas do campo são frequentemente negligenciados, como a formação insuficiente ou inexistente de professores (tanto inicial quanto continuada), a falta de material didático que se adeque ao contexto local e a gestão escolar, que se mostra indiferente à perspectiva de uma instituição autônoma e democrática⁴.

Dessa forma, as dificuldades supracitadas têm sido utilizadas como justificativa para o fechamento de um número considerável de escolas do campo⁵. Destarte, é importante realçar que a escola do campo caminha numa lógica em que poderá ser considerada “não-necessária” para as comunidades camponesas. Por isso, os movimentos sociais, especialmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem reivindicado uma política pública no Brasil para a Educação do/no Campo.

Diante do exposto, os dados obtidos por intermédio da pesquisa documental ressaltam as prioridades financeiras da mantenedora, uma vez que o maior número de justificativas utilizadas na proposta de fechamento das escolas do campo, trazem o destaque da necessidade de profissionais atuantes nas escolas desproporcional, tendo em vista o baixo número de estudantes nessas localidades (escolas). Assim, entende-se que a partir desta análise, o investimento financeiro seja menor na manutenção dessas escolas do que no transporte ofertado aos estudantes, para escolas mais centrais. Na hipótese, dos encargos com a oferta do transporte escolar gratuito pelo município representar um custo menor, fica questão: qual o prejuízo social para uma pequena comunidade o fechamento da sua escola? Ainda, a realocação dos profissionais dessas escolas entra como destaque, tendo em vista que duas das cinco (05) escolas trazem a aposentadoria dos diretores, bem como que a redistribuição dos profissionais remanescentes se deu para as escolas centrais.

O discurso de que o fechamento e diminuição de escolas do campo está amparado em uma preocupação com a melhoria estrutural das escolas pode ser questionado pelos dados do Censo Escolar dos últimos anos, que revelam que,

⁴ A partir da pesquisa realizada durante a bolsa de Iniciação Científica, identificou-se os principais aspectos que interferem na impermanência das escolas situadas no campo. Em decorrência disso, cabe realçar tais aspectos, uma vez que a presente pesquisa da monografia se trata de uma ampliação da pesquisa inicial.

apesar da diminuição de unidades escolares, a precariedade estrutural, ainda, é presente. Segundo o censo, em 2018 apenas 55,1% das escolas de ensino fundamental do Brasil possuíam biblioteca ou sala de leitura (INEP, 2019).

Cabe nesse momento refletir sobre a ausência de prejuízos na vida dos estudantes, que não passa de mera pontualidade nos documentos, tendo em vista que nenhum estudo ou pesquisa foi realizado com essas comunidades para, de fato, ter o entendimento e a afirmação dessa colocação – o não prejuízo aos estudantes. Uma vez que em duas das cinco (05) escolas apontam em seus pareceres essa justificativa, não trazem preocupações com a vida cotidiana e a transição desses estudantes em uma nova escola, não sendo consideradas as vivências e experiências perdidas nesse processo, muito menos o acompanhamento desses estudantes pós transferência, garantindo que a cessação não “ofereça prejuízo”. Corroborando, a CEB/CNE nº 36/2001 (2001, p. 18) explicita sobre a inclusão dos estudantes nas escolas do campo, apontando que:

[...], parece recomendável, por razões da própria Lei, que a exigência mencionada no dispositivo pode ir além da reivindicação de acesso, inclusão e pertencimento. E, neste ponto, o que está em jogo é definir, em primeiro lugar, aquilo no qual se pretende ser incluído, respeitando-se a diversidade e acolhendo as diferenças sem transformá-las em desigualdades.

Para além, entende-se que a inclusão destes estudantes na escola, bem como o acolhimento de seu cotidiano é parte fundamental do processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista as peculiaridades da vivência dos povos camponeses. Nesse sentido, a integração da escola com a comunidade ao seu em torno, é essencial para resistir às tradições culturais, às relações das famílias e da comunidade, assim como reconhecer os traços da agricultura (Caldart, 2015).

Todavia, os documentos estabelecem que a comunidade ao entorno da escola fora consultada, assim como o poder público municipal, por meio de assembleias convocadas pela mantenedora (o Estado); nesses documentos, a única informação que consta é a concordância entre as partes pela cessação atividades das escolas, sem maiores detalhes sobre como se deu, se todas as justificativas foram de fato apresentadas, se as questões como a distância, perda de valores e acompanhamento dos estudantes foram levantadas. Encerrando, permanecem as dúvidas: As escolas que receberam esses estudantes, tinham algum plano para o seu acolhimento? Elas de fato cumprem com aquilo que se

disse que seria ofertado? A família manifesta alguma preocupação com a educação recebida nessas escolas?

Cabe realçar que no próximo capítulo, encontram-se as pesquisas monográficas realizadas sobre a educação do/no campo em municípios da região, em que se explicita o fechamento de diversas escolas no decorrer de processos de nucleação, o que de certa forma serve de incentivo ao êxodo rural.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

No presente percurso metodológico, após a produção do Projeto de Pesquisa apresentado no final da 8ª fase do curso de graduação em Pedagogia, constam as buscas pelos dados utilizados como base de amostragem e a organização do Estado do Conhecimento. Em um primeiro momento, escolhemos pesquisar nos acervos digitais as monografias de duas instituições de Ensino Superior localizadas no município de Erechim, sendo a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), na sequência buscamos mais uma instituição, localizada na cidade de Passo Fundo, sendo a Universidade de Passo Fundo (UPF). Dessa forma, a construção do Estado do Conhecimento se deu em três quadros, cada um equivalente a uma universidade. No próximo subtítulo encontra-se os resultados obtidos nessa pesquisa.

4.1 Estado do conhecimento

No decorrer na produção do Projeto de Pesquisa, elencamos como um dos objetivos trazer como parte do percurso metodológico da monografia, uma pesquisa do Estado do Conhecimento, trazendo um levantamento teórico acerca do tema da pesquisa, buscando observar a incidência da temática e o conteúdo apresentado (Morosini, Nascimento e Nez, 2021). Assim, projetamos a escolha de acervos digitais de três instituições de Ensino Superior, duas do município de Erechim e uma do município de Passo Fundo, para elencar as pesquisas de mesma temática que antecedem a produção dessa monografia. Assim sendo, Morosini, Nascimento e Nez (2021, p. 70) trazem sobre a importância do desenvolvimento do Estado do Conhecimento dentro de uma pesquisa.

Na construção de um levantamento da produção científica de uma área é importante o pesquisador conhecer e refletir sobre as publicações relacionadas ao tema no campo científico. Também se faz imprescindível, identificar e analisar possíveis abordagens e caminhos, não só de fundamentação teórica, bem como de aspectos metodológicos, que contribuirão na delimitação e organização de sua investigação.

Como meio principal das buscas foram utilizados acervos digitais das instituições de Ensino Superior, estes que se encontram nas abas iniciais dos sites das universidades, sendo acessados de forma remota. Nessa busca, delimitamos, inicialmente, a pesquisa nos títulos das monografias e, posteriormente, nos resumos das mesmas. Como palavras-chave foram delimitadas as mais utilizadas também no decorrer da presente monografia, tendo-as como conectivos da pesquisa. Dessa forma, foram organizadas duas combinações de palavras-chave, sendo elas:

1ª combinação:

- Educação do Campo;
- Escola do Campo;
- Fechamento.

2ª combinação:

- Educação do Campo;
- Educação Rural;
- Fechamento.

No primeiro quadro, encontram-se as pesquisas referentes à Universidade Federal da Fronteira Sul. Na aba “pesquisa avançada” do acervo digital da UFFS, as combinações de palavras exploradas na opção de titulações obtiveram a incidência de dez monografias, na busca. Nesse sentido, optou-se por escolher todas as monografias, para observar a sua composição teórica e o tema de pesquisa.

Quadro 02: Estudos realizados na UFFS - cessação de atividades de escolas do/no campo

SANTOS, G. M. dos. O ciclo da escola do campo: da abertura ao fechamento da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno localizada no assentamento Celso Furtado no Município de Quedas do Iguaçu – PR. 2017. p. 64. Graduação em Educação do Campo - Ciências Sociais e Humanas: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Laranjeiras do Sul			
Ano	Autor	Título	Resumo
2017	Santos, Giselle Maria dos	O ciclo da escola do campo: da abertura ao fechamento da	O trabalho tem como objetivo pesquisar o ciclo da escola do campo: Da abertura ao fechamento da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno localizada no Assentamento Celso Furtado no município

		Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno localizada no assentamento Celso Furtado no Município de Quedas do Iguaçu - PR	de Quedas do Iguaçu-PR, na região centro oeste do Paraná. O fechamento de escolas do campo é um tema complexo de ser discutido, contudo é algo que não foge da realidade das famílias que moram no campo. O processo de fechamento é particular de cada escola, tendo um dos maiores motivos a falta de demanda para que a escola continue funcionando. Entendendo a educação no e do campo enquanto direito, a perspectiva da Educação do Campo compreende a escola como essencial no processo formativo. Nessa compreensão, a Educação do Campo objetiva atender as necessidades da população do campo, mostrando que é possível ter uma educação de qualidade, voltada para a realidade e, principalmente, no local onde o educando vive. A metodologia foi realizada através de entrevistas e análises de documentos, relacionados ao processo construção, funcionamento e de fechamento da escola. A realização das entrevistas é analisar a constituição do assentamento e do fechamento da escola. Foram entrevistadas pessoas que participaram do processo de constituição do assentamento e do fechamento da escola. No primeiro capítulo abordamos o processo de estruturação do Assentamento onde a escola está localizada, no segundo capítulo tratamos da legislação pertinentes ao fechamento das escolas localizadas no campo e por fim, a análise dos dados relacionados ao processo de fechamento da escola.
<p>CONSORTE, E. A. A. Educação do campo e o fechamento das escolas do campo no município de Barão de Cotegipe/RS. 09/01/2018. p. 71. Graduação em Pedagogia: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Erechim.</p>			
2018	Consorte, Elisiane Angélica Arsego	Educação do campo e o fechamento das escolas do campo no município de Barão de Cotegipe/RS	O trabalho tem como propósito identificar quais as implicações que resultam no fechamento das Escolas do Campo no município de Barão de Cotegipe/RS. Foi realizada análise documental, bem como uma pesquisa de campo sobre o fechamento destas escolas no referido município. O problema enfrentado, consiste em identificar as implicações políticas e educacionais que resultam na cessação destas instituições de ensino em Barão de Cotegipe. Arroyo (2005); Caldart (2005) e Molina (2005) defendem o direito que os povos camponeses devem pensar o mundo a partir do lugar onde vivem, da terra em que pisam, construindo sujeitos de história e de direitos; sujeitos coletivos em sua formação. Sujeitos sociais, culturais, éticos e políticos de luta por seus direitos, historicamente retirados. A metodologia é de cunho qualitativo a partir de entrevistas semiestruturadas e análise de documentos referente ao fechamento das Escolas do Campo no

			<p>município. Para dar conta da problemática apresentamos num primeiro momento a Educação do/no Campo e seus marcos históricos e normativos no Brasil, adentrando num segundo momento no Estado do Rio Grande do Sul, analisando a cessação das escolas localizadas na zona rural em nível estadual. Para finalizar realizou-se uma abordagem analítica e documental sobre o fechamento das Escolas do Campo no município de Barão de Cotegipe, foco dessa investigação. Evidenciamos que o fechamento das Escolas do Campo ocasiona um empobrecimento das comunidades da área rural, pois a escola é uma das grandes referências para a comunidade e seus sujeitos. Fechar a escola e desorganizar a comunidade e seus sujeitos. Outro ponto que foi relevante durante a pesquisa é o despreparo na formação das professoras que atuam em turmas multisseriadas, já que não possuem nenhuma formação específica para tal.</p>
<p>BERRIA, M. Educação do campo e o fechamento das escolas do campo no município de Barão de Cotegipe/RS. 2018. p. 83. Graduação em Interdisciplinar em Educação do Campo- Ciências da Natureza: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Erechim.</p>			
2018	Berria, Marilena	O fechamento das escolas do campo no município de Barão de Cotegipe-RS: correlação de forças e principais impactos	<p>A Educação do/no Campo busca uma escola com sua identidade própria, vinculada a processos de formação onde os sujeitos do campo sejam os próprios protagonistas desse processo. A nucleação das escolas municipais do campo do município de Barão de Cotegipe – RS, foi que desencadeou esse trabalho. O presente estudo investigou o fechamento das Escolas do/no Campo do município de Barão de Cotegipe – RS, no ano de 2015, visando explicitar as implicações, correlações de forças e concepções que conduziram ao fechamento de cinco escolas do campo, pertencentes à rede municipal de ensino. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, investigativa, na modalidade de estudo de caso. Como instrumentos de pesquisa utilizaram-se entrevistas semiestruturadas, questionários, pesquisa documental, bibliográfica e histórica, buscando informações de como está sendo desenvolvido o trabalho pedagógico e se ele está contemplando a realidade dos educandos que vivem no campo. Dentre os principais documentos analisados, foram consultadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da LDB, os documentos das Conferências Nacionais por uma Educação do Campo e aprofundado estudo acerca do paradigma da Educação do/no Campo. Concluiu-se que o fechamento das escolas era imprescindível, pois o número de alunos estava muito reduzido e não havia perspectivas de aumento dos mesmos para o ano de 2016, porém o impacto seria</p>

			<p>menor se a nucleação tivesse ocorrido no campo, pois o transporte escolar já se fazia presente em todas as comunidades envolvidas; com relação aos alunos, os mesmos levantam mais pontos negativos do que positivos em relação ao fechamento dessas escolas do campo, não se sentem inseridos nesse contexto atual, onde sua vivência, sua cultura e sua história não fazem parte da nova realidade; os pais consideram que a nucleação foi positiva com relação ao pedagógico, pois seus filhos têm mais acesso às tecnologias e um professor por série, mas que a mesma poderia ter sido feita no campo. Os professores avaliam que a nucleação foi positiva na maioria dos aspectos pesquisados.</p>
<p>ROSA, L. C. de. Fechamento das escolas do campo: análise do município de Nova Laranjeiras. 07/12/2015. p. 50. Graduação em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Laranjeiras do Sul.</p>			
2015	Rosa, Luana Carletto da	Fechamento das escolas do campo: análise do município de Nova Laranjeiras	<p>O referido trabalho analisou o processo de fechamento de escolas no município de Nova Laranjeiras - PR. Por meio de entrevistas, estudo qualitativo, quantitativo e documental referencial teórico que apresenta os conceitos de educação, de educação do campo, de rural e urbano na compreensão de estado nesse processo. Dessa maneira foi possível fazer levantamento de todas as escolas com atividade cessadas no período de 1993 até 2014. Inicialmente, foi trabalhado com pesquisa bibliográfica, na busca da compreensão da totalidade do objeto de pesquisa e, posteriormente, feita entrevista e visita, tanto no Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, na Secretaria Municipal de Nova Laranjeiras e em todas as escolas do município, na busca de entender os impactos sofridos. Os dados levantados apontaram para a não valorização da educação, da escola do campo, não valorização do sujeito do campo. Dados que fundamentam a importância do campesinato e da educação do campo em municípios como esse, eminentemente, rural. E revela a importância da luta pela educação do campo no campo.</p>
<p>HOPICO, C. de O. Fechamento das escolas do campo: estudo a partir do Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul. 2019. p. 60. Graduação em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Laranjeiras do Sul.</p>			
2019	Hopico, Cleomere de Olivei-	Fechamento das escolas do campo: estudo a par-	<p>Esta pesquisa analisou o fechamento de Escolas Estaduais do Campo no Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, buscando compreen-</p>

	ra	tir do Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul	der os impactos causados nas comunidades. Para tanto realizou-se um levantamento de dados quantitativos que apontam o número de Escolas do Campo neste núcleo, bem como pesquisa bibliográfica, verificando o histórico da Educação Rural/ do Campo, a legislação no Brasil e no Estado do Paraná. Ao analisar o processo de fechamento de escolas, constata-se que o mesmo acontece em todo o país e que vários são os motivos que levam a este processo: êxodo rural, falta de políticas públicas para o campo, dificuldade no acesso à escola, política de transporte escolar, entre outros. Nota-se que muitas foram as conquistas da Educação do Campo, com leis, pareceres, diretrizes que levam a autonomia para a Escola do Campo, na elaboração de calendário escolar, Projeto Político-Pedagógico e currículo próprio que deve ser construído com a ajuda da comunidade em que está situada a escola. Identifica-se que o Estado do Paraná avançou em prol da Educação do Campo, com debates, formação de professores, elaboração de material didático, entre outros. Porém, percebe-se que neste Estado as Escolas do Campo continuam sendo fechadas, observa-se que no Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, também ocorre o fechamento de Escolas do Campo, processo de redução de número de turmas. Reafirma-se a partir da pesquisa que fechar escola é crime, pois causa impactos na comunidade; estimulando o êxodo rural. A Escola do Campo faz parte da comunidade, tornando-se um espaço de referência, cabe aos gestores públicos garantir uma escola de qualidade no campo.
SYCHOCKI, G. C. Fechamento das escolas no campo em Mariano Moro/RS: rupturas, ruínas e memórias. 09/2022. p. 55. Graduação em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Erechim.			
2022	Sychocki, Gabriela Carla	Fechamento das escolas no campo em Mariano Moro/RS: rupturas, ruínas e memórias	O presente trabalho consiste no resgate do histórico de fechamento das escolas do/no campo do município de Mariano Moro, localizado no Alto Uruguai Gaúcho. Escolas essas que atendiam a população camponesa residente daquela localidade. Tais escolas eram pertencentes ao município e ao estado. Tem como objetivo historiar o processo de fechamento de escolas rurais de Mariano Moro, à luz da Educação do Campo. Para melhor compreensão das motivações que levam uma escola ao seu limite que é a extinção, perante a parte burocrática. De acordo com o título desta pesquisa restam apenas rupturas, ruínas e memórias para o sofrido povo camponês, que sempre acaba sendo negligenciado pelos órgãos governamentais. A pesquisa foi articulada em torno da campanha na-

			<p>cional realizada pelos movimentos sociais “fechar uma escola é crime”, o que evidencia o esquecimento dos povos do campo, quando não são questionados sobre as mudanças realizadas na comunidade. A metodologia utilizada envolveu pesquisa documental e História Oral, por meio de entrevistas com pessoas que passaram pela Escola Estadual de Ensino Fundamental Três Pinheiros, sendo essa uma professora aposentada no estado que atuou na escola por trinta e três anos, uma mãe de família cuja filha estudou na escola e o pai da autora que estudou na escola, perpassando assim gerações, pois seus filhos também estudaram nessa mesma escola. O estudo também resgata o processo de fechamento da escola na Linha Três Pinheiros de Mariano Moro/RS e os resquícios de uma escola que, atualmente, é coberta pela mata. Ao longo de três capítulos, demonstra um pouco do histórico do município de Mariano Moro, como se deu o processo de colonização do município, constituindo assim as dezesseis escolas no campo de Mariano Moro, hoje todas fechadas, mostrando como os direitos sociais estão sendo negados para a classe trabalhadora.</p>
<p>KOLCHESKI, O. O impacto da construção da barragem de Itá no fechamento da escola do campo do município de Aratiba. 2019. p. 46. Graduação em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Erechim.</p>			
2019	Kolcheski, Otavio	O impacto da construção da barragem de Itá no fechamento da escola do campo do município de Aratiba	<p>Este trabalho tem por objetivo, analisar os impactos da construção da barragem de Itá para a população atingida, em especial ao fechamento da escola local, na comunidade de Lajeado Ouro, em Aratiba. Em sua metodologia adotou para a pesquisa uma abordagem qualitativa de caráter exploratório. No contexto de populações atingidas por barragens, os sujeitos tiveram suas vidas afetadas pela imposição da construção da usina hidrelétrica Itá, provocando impactos ambientais, materiais, produtivos, emocionais e sociais. Compreender como se deu o consequente fechamento da Escola Municipal São João, de Lajeado Ouro, em Aratiba e, em que medida, afetou os estudantes, a professora e toda a comunidade é o eixo condutor deste estudo. Os dados foram coletados a partir de uma abordagem empírica, realizada por meio de entrevista semiestruturada e de pesquisa documental a partir de documentos internos, cartilhas, jornais e artigos elaborados pelo MAB, além de publicações no site do Movimento e a entrevista com a professora D. Destaca-se a importância da organização, mobilização e resistência para atingir algumas conquistas que permitiram amenizar parte do projeto. Dentre os</p>

			<p>impactos, o fechamento da Escola foi o aprofundado e pode-se perceber o quanto afetou as famílias e a comunidade. Quanto a relevância do estudo, destaca-se que o histórico deste pesquisador também parte da luta contra as barragens.</p>
<p>GUERA, E. Educação do campo e escolarização de tempo integral em Nova Itaberaba-SC: da ameaça de fechamento à resistência da escola no campo. 10/12/2020. p. 54. Graduação em Pedagogia: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Chapecó.</p>			
2020	Guera, Elisandra	Educação do campo e escolarização de tempo integral em Nova Itaberaba-SC: da ameaça de fechamento à resistência da escola no campo	<p>O processo de escolarização dos sujeitos do campo vem sendo nucleado no perímetro urbano, desde o final do século XX, em diferentes municípios brasileiros. Neste trabalho de conclusão de curso, objetivava-se apresentar resultados de estudos e reflexões acerca de uma experiência de resistência de escola no campo frente a este processo histórico de nuclearização que continua em curso no país: a Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista, localizada no interior da cidade de Nova Itaberaba, Santa Catarina. A presente escola estava ameaçada pelo fechamento, mas após um conjunto de ações que resultaram em sua reformulação curricular com ancoragem nos pressupostos da Educação do Campo, assim como a ampliação da jornada de efetivo trabalho escolar para o tempo integral, não só permaneceu no campo, como ampliou seu número de matrículas. A presente investigação objetivou compreender em que medida a reformulação curricular já vem promovendo alterações no espaço escolar e em práticas pedagógicas realizadas pelos professores. Realizou-se estudo do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e, a partir da estratégia metodológica de netnografia, analisou-se a página do Facebook da escola supramencionada. A partir desta análise em diálogo com referenciais teórico-conceituais a respeito da Educação do Campo e Educação de Tempo Integral, foi possível observar que a escola se esforça para cumprir a matriz curricular presente em seu PPP, incluindo, no contraturno, a realização de oficinas e atividades que possuem relação com a matriz proposta, englobando relações com os territórios de vida e os saberes dos sujeitos do campo. Contudo, a escola ainda possui uma estrutura limitada e demanda formação continuada de professores que, em muitos momentos, restringe a realização de atividades mais elaboradas.</p>
<p>BERTO, É. Escola Estadual Valentim Berto: da criação à nucleação. 11/11/2014. p. 93. Graduação em História: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Erechim.</p>			

2014	Berto, Édine	Escola Estadual Valentim Berto: da criação à nucleação.	Este trabalho trata de uma pesquisa histórica acerca das escolas públicas primárias rurais multisseriadas e unidocentes, tendo como objeto de estudo a Escola Municipal Valentim Berto, pertencente, atualmente, ao município de Ponte Preta – RS. A metodologia utilizada se refere à pesquisa documental em normas educacionais, documentos da escola objeto de estudo, assim como, a análise de bibliografia especializada no assunto. Aliado a estes procedimentos, contamos com uma entrevista realizada com um ex-professor da instituição, que atuou na escola durante todo o período de seu funcionamento. O objetivo primordial da pesquisa se refere a investigar e discutir as políticas públicas de Educação Rural que permitiram a criação das escolas rurais, sua nucleação e, posteriormente, a extinção do estabelecimento. Buscamos ao longo do estudo discutir o contexto histórico no qual surge a Escola Municipal Valentim Berto, evidenciando características referentes ao período em que esteve em funcionamento e, discutir a conjuntura histórica do momento em que encerrou suas atividades. Para atender tais questionamentos, consultamos alguns documentos da Legislação Educacional Brasileira; em seguida empreendemos um estudo acerca dos anos de 1950 ao que se refere à educação rural e, a criação de escolas no meio rural; posteriormente, dedicamo-nos à pesquisa do surgimento, funcionamento e fechamento da Escola Municipal Valentim Berto nos documentos da instituição, bem como a entrevista realizada. Por fim, atentamos ao processo de nucleação escolar ocorrido a partir de 1970 e, sugerimos como proposta para a população rural o paradigma da educação do campo. A partir do estudo realizado, percebemos que a educação pública primária rural foi relegada as cinzas do projeto educacional por um longo período e, quando implementada, esteve voltada ao projeto urbano e industrial de desenvolvimento do país. Em relação à Escola Municipal Valentim Berto, foi possível ratificar a hipótese de se tratar de uma instituição criada pelo projeto das “Brizoletas” do governador Leonel de Moura Brizola, que após 31 anos de funcionamento, foi fechada devido às políticas públicas de nucleação de escolas rurais.
------	--------------	---------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Estudos consultados (elaborado pela pesquisadora).

A pesquisa, possibilitou encontrar um número significativo de monografias que tratam, especificamente, sobre o fechamento das escolas do campo. Dentre estes, constam um número expressivo de trabalhos realizados no campus Erechim, trazendo como foco principal municípios vizinhos, sendo Barão de Cotegipe, Ponte

Preta e Aratiba. O campus Laranjeiras do Sul – PR também entra em destaque, trazendo três trabalhos voltados à cessação e suas justificativas. Estes tratam sobre os impactos na comunidade em que há uma cessação das atividades escolares, uma vez que entendemos a importância da permanência dos povos camponeses em suas localidades e que a escola faz parte da constituição deste meio. Uma das pesquisas, especificamente, trata dos impactos no cotidiano das pessoas, ocasionado pelo fechamento de uma escola situada no campo. Ainda, as pesquisas trazem as legislações vigentes e caracterizam as mantenedoras, favorecendo a discussão e a reflexão, sobre as responsabilidades, diretamente, das mantenedoras pela cessação dessas atividades de uma unidade escolar situado no contexto do campo.

Por conseguinte, no segundo quadro, encontram-se as pesquisas referentes à Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus Erechim. Na aba de pesquisas do acervo digital da URI, as combinações de palavras exploradas na opção de titulações obtiveram a incidência de apenas uma monografia na busca. A partir disso, a única monografia foi utilizada a fins de observar a sua composição teórica e o tema de pesquisa.

Quadro 03: Estudo realizado na URI – contribuições da escola do/no campo à sucessão familiar

GRONFELD, G. A contribuição da educação do campo na promoção da sucessão familiar . 2024. p. 76. Graduação em Pedagogia: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Biblioteca depositária: URI/ Campus Erechim.			
2024	Gronfeld, Gabriela	A contribuição da educação do campo na promoção da sucessão familiar	O trabalho investigou a contribuição da educação do campo para a sucessão familiar, com foco na Escola Municipal Gabriel Ferri, situada na comunidade de Coronel Teixeira, em Marcelino Ramos – RS. A educação do campo, ao longo da história, surgiu como uma resposta à necessidade de alfabetização e qualificação dos trabalhadores rurais, influenciada pelas transformações socioeconômicas e pela modernização agrícola. A educação do campo ainda enfrenta desafios, como a precariedade das escolas e o êxodo rural que ameaça a sucessão das propriedades familiares. O estudo teve como objetivo compreender os fatores que influenciaram a permanência dos jovens na propriedade familiar e sua sucessão, com ênfase em identificar a contribuição da educação do campo, especialmente, a proporcionada pela Escola Municipal Gabriel Ferri. A pesquisa buscou entender como a proposta educacional dessa escola, volta-

			da para a valorização do campo e incentivo à sucessão familiar, impactou a decisão dos egressos de permanecer e assumir as responsabilidades familiares. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, utilizou entrevistas semiestruturadas, cujas respostas foram analisadas pelo método de Análise de Conteúdo. Evidenciou-se que a escola teve um impacto limitado, com críticas à falta de diversidade curricular e à ênfase excessiva na horta escolar.
--	--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Estudo consultado (elaborado pela pesquisadora).

Na busca pelas monografias, encontramos apenas um trabalho voltado à área da educação do campo no repositório digital da URI. Esse em específico não aborda a cessação das atividades das escolas do campo, mas a contribuição dela na vida dos camponeses. Ainda, traz como foco uma escola do município de Marcelino Ramos, vizinho à Erechim.

Por último, apresentamos o terceiro e último quadro, onde encontram-se as pesquisas referentes à Universidade de Passo Fundo. Na aba “pesquisa avançada” do acervo digital da UPF, as combinações de palavras exploradas na opção de titulações obtiveram a incidência de apenas uma monografia, na busca. A partir disso, a única monografia fora utilizada a fins de observar a sua composição teórica e o tema de pesquisa.

Quadro 04: Estudo realizado na UPF – importância da escola do/no campo

PIZZATTO, M. A importância da Escola do Campo . 18/11/2019. p. 14. Graduação em Pedagogia: Universidade de Passo Fundo. Biblioteca depositária: FAED/UPF.			
2019	Pizzatto, Monique	A importância da Escola do Campo	O presente artigo tem por objetivo reconhecer a escola do campo como processo fundamental de ensino para as comunidades rurais, enfatizando a diferença que ocorre na vida dos sujeitos que ali vivem. A metodologia utilizada baseia-se em pesquisas bibliográficas, as quais esclarecem a realidade do campo, interligando a importância da educação nesses lugares. O artigo está estruturado em três subtítulos, sendo o primeiro sobre legislação, histórico e políticas públicas das escolas do campo; o segundo, trata da gestão escolar e a valorização dos alunos e, o terceiro, a importância da escola do campo para as comunidades rurais. A partir dos estudos realizados, concluímos que, defender as crianças e jovens que estudam em escola do campo é garantir o direito à educação desses sujeitos, acreditando em seus potenciais para a construção de uma sociedade mais justa, que respeita a todos.

Fonte: Estudo consultado (elaborado pela pesquisadora).

Encerrando as pesquisas das monografias neste subtítulo, encontramos apenas uma monografia referente à educação do campo de modo geral, no repositório digital da UPF. Assim como no penúltimo quadro, consta apenas uma pesquisa que tem como foco principal destacar a importância da escola do campo, trazendo aspectos de legislação, histórico e políticas públicas.

A partir da pesquisa, constatamos que as instituições de Ensino Superior privadas da região não abordam temas voltados à educação do campo, muito menos sobre a frequente cessação das atividades das escolas situadas nas zonas rurais. Em contrapartida, cada ano mais a universidade pública expande suas pesquisas pela área da educação do campo, trazendo pesquisas relevantes e questionamentos contundentes sobre a eminente cessação das escolas, trazendo para o debate questões teóricas, legais e políticas. Ainda, Arroyo, Caldart e Molina (2009, p. 8-9) esclarecem sobre o silenciamento nas pesquisas.

O silenciamento, esquecimento e até o desinteresse sobre o rural nas pesquisas sociais educacionais é um dado histórico que se tornava preocupante. [...] nos últimos 20 anos a sociedade aprendeu que o campo está vivo. Seu sujeito se mobiliza e produz uma dinâmica social e cultural. A educação e a escola são interrogadas por essa dinâmica.

Nesse sentido, entende-se que a educação do campo, para além de uma perspectiva educacional, envolve toda uma relação do sujeito com o ambiente, a cultura e a sociedade. Assim, como a pesquisa do presente estado do conhecimento, entende-se que esse silenciamento ou falta de interesse nessa área salienta que, por mais que essa dinâmica de resistência ainda exista, pouco se adentra nas áreas acadêmicas.

Partindo desses pressupostos, no próximo subtítulo apresenta-se os demais procedimentos utilizados na abordagem teórica da pesquisa.

4.2 Procedimentos gerais da pesquisa

Tendo como base os objetivos e as justificativas destacadas, a investigação apresentada nesse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi mediada pelos procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental. Percebemos a necessidade desta metodologia de pesquisa, partindo da perspectiva do cenário educacional atu-

al, em convergência com as teorias produzidas e as políticas nacionais de educação, especialmente, da educação do/no campo.

Na busca pelos dados que embasam a presente pesquisa, o professor orientador encaminhou à 15ª CRE um e-mail solicitando os dados, acompanhados do documento oficial. Após alguns dias de espera, recebemos a devolutiva, solicitando que a estudante (pesquisadora) fosse pessoalmente à sede da coordenadoria. Nesse momento, foi solicitado à acadêmica que delimitasse o local de pesquisa, para poder adquirir documentos mais completos e de fácil acesso, delimitando a pesquisa em cidades. Dessa forma, o município selecionado foi Erechim – escolas estaduais -, tendo em vista ser a localidade da universidade e a sede da coordenadoria. Assim, os dados disponibilizados correspondem à cidade de Erechim, no recorte temporal estabelecido, anteriormente, sendo 1997-2024. Os documentos disponibilizados são pareceres aprovados em sessões plenárias, trazendo em seus dados as justificativas para o fechamento (cessação) das escolas do campo, quantidade de estudantes, escolas que acolheram os estudantes remanescentes, forma de transporte utilizadas para o acesso a outra unidade escolar. De posse dos documentos fornecidos pela mantenedora – 15ª CRE – Erechim, a coleta desses dados ocorreu durante o mês de maio de 2025.

Nesse sentido, Ludke e André (1986, p. 1) elencam que: “[...] para se realizar uma pesquisa, é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado respeito dele”. Nesse panorama, a análise bibliográfica fez-se fundamental para o entendimento teórico da presente pesquisa, embasando conceitos-chave e articulando o contexto real à literatura, tendo em vista que essas, por sua vez, deixaram implícito que a educação do/no campo é palco de lutas e tensionamentos, assim como um local de cultura viva. Diante do exposto, Felipe Fontana (2018, p. 66) destaca que:

É a pesquisa bibliográfica que oferece o suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que auxilia na definição do problema, na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da justificativa da escolha do tema e na elaboração do relatório final.

Ademais, também foi realizada uma pesquisa documental, que objetivou analisar os dados presentes nos documentos disponibilizados pela mantenedora - 15ª Coordenadoria Regional de Educação, para constatar as justificativas utilizadas pa-

ra a cessação das atividades das escolas do/no campo do município de Erechim, sob sua jurisdição.

A pesquisa teve seu desenvolvimento embasado na abordagem eminentemente qualitativa, ancorada nos objetivos da pesquisa exploratória e descritivo-analítica e, fundamentada teoricamente em estudos teóricos que dialogam com a temática. A empiria foi produzida por meio da análise em documentos oficiais que referenciam os dados sobre a cessação das atividades de escolas do/no campo, disponibilizados pela 15ª CRE de Erechim, RS. A análise procedeu-se, também, em estreita relação com a análise da LDB – Lei nº 9.394/96 e com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, considerando as perspectivas vinculadas à permanência e à importância das escolas situadas no campo.

Após a coleta dos dados, foi realizada a organização e a interpretação dos dados e informações, tendo como base a fundamentação teórica sistematizada por meio do estudo bibliográfico. Com os dados produzidos, e organizados, foi realizada a respectiva análise. Da análise constam os quadros que indicam as escolas que tiveram suas atividades cessadas, bem como as devidas justificativas encontradas nos documentos oficiais fornecidos pela mantenedora – 15ª CRE.

5 CONDISERAÇÕES FINAIS

Considerando a pesquisa realizada e os resultados apresentados, a iminente cessação das atividades das escolas situadas no campo se dá como parte de um projeto de desmonte educacional, uma vez que as escolas sofrem frequentes ataques orçamentários e estruturais. Cabe destacar que os educadores atuantes nas escolas do campo se encaixam nessa perspectiva, visto que a carreira docente também sofre com investidas brutais, principalmente, nos planos de carreira, assim como nas condições trabalho. Nesse aspecto, entende-se que as escolas situadas no campo, em especial, sofrem crescentes ataques em sua jornada histórica, por tratar-se de uma educação que acontece no seio das pequenas comunidades rurais.

Em vista disso, compreende-se que a educação do/no campo, para além da educação que se faz nas comunidades situadas nas zonas rurais, é uma educação que envolve a comunidade de seu entorno em todos os aspectos, uma vez que a escola se faz da comunidade e a comunidade se faz da escola. Nessas escolas abordam-se aspectos vivenciados na comunidade e no cotidiano dos estudantes, uma vez que as mesmas resistem as tentativas de adentramento de doutrinas discrepantes das da sua origem campestre, trazendo para o viés educacional arquétipos sociais de manutenção das classes sociais, historicamente, arquitetadas pela classe dominante e, hoje, fortalecidas pelas políticas neoliberais.

As políticas educacionais brasileiras, que teriam como princípio garantir o funcionamento das escolas do campo, apresentam pareceres e leis que abrangem grande parte das investidas neoliberais. Contudo, ainda esses documentos oficiais trazem aspectos singulares, mas sua existência não garante a permanência dessas escolas no campo. Ao fim e ao cabo ganha realce os desdobramentos e narrativas voltadas aos estudantes que terão uma melhor educação e que o investimento financeiro nas escolas será racionalizado. Assim sendo as narrativas da, do poder público municipal ganham crédito por parte das famílias que concordam com a cessação das atividades da escola de sua comunidade.

Destarte, analisando as justificativas apontadas pela mantenedora pelo cessamento das escolas do campo do município de Erechim, destaca-se o viés financeiro como principal motivo; a baixa quantidade de estudantes em cada escola cessada destaca um problema que, por vezes, não é apontado nos pareceres e

relatórios. Também, constata-se que uma das justificativas apontadas traz a distribuição dos funcionários das escolas cessadas, uma vez que os profissionais nelas atuantes se locomoviam de outras localidades até as comunidades. Assim, a mantenedora argumenta que “racionaliza” os recursos financeiros, deixando de pagar difícil acesso aos profissionais, para atuarem em uma instituição com pouca quantidade de estudantes. Nesse viés, é reforçado o argumento de remanejar os estudantes para escolas maiores e mais centrais, que contam melhores condições de infraestrutura e com transporte oferecido pelo poder municipal. Nesse sentido, as forças obscurantistas do neoliberalismo se entrelaçam cordialmente, uma vez que a perda de toda uma cultura viva nessas localidades vale menos que um transporte escolar.

Diante do exposto, entende-se que a cessação dessas escolas situadas no campo no município de Erechim vem ao encontro de um projeto estrutural de desmonte da educação. Reforça-se que por mais que os documentos norteadores oficiais garantam a permanência da escola no campo, ainda há brechas “obscuras” que, sutilmente, promovem estratégias para o fechamento de unidades escolares localizadas no campo. Mas, de forma significativa, diversos autores que dialogam sobre a temática e a importância dos movimentos sociais rurais, das lutas travadas pela manutenção dessas escolas e do direito de acesso à educação, no cotidiano a cultura de preconceito e segregação dos povos campestres ainda é vigente. Parte disso se observa também no Ensino Superior, com ênfase no setor privado, tendo em vista o baixo número de pesquisas voltadas à educação do campo e o silenciamento planejado para as comunidades remanescentes.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BERTO, É. **Escola Estadual Valentim Berto**: da criação à nucleação. 11/11/2014. p. 93. Graduação em História: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Erechim.

BERRIA, M. **Educação do campo e o fechamento das escolas do campo no município de Barão de Cotegipe/RS**. 2018. p. 83. Graduação em Interdisciplinar em Educação do Campo- Ciências da Natureza: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Erechim.

BOCK, A. **Desigualdade e educação**: a dimensão subjetiva da escolarização. Diálogos: CFP, Brasília: DF, ano 15, n. 11, p. 58, ago. 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 4.024/1961. Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Parecer CEB/CNE nº 36/2001. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>.

CALDART, R. S. Educação Do Campo: Notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, mar./jun. 2009. v. 7 n. 1, p. 35-64. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 22 nov. 2024.

CALDART, R. S. A educação do campo e a construção da pedagogia socialista. In: GOULART, A. J. et al (orgs.). **Diálogos sobre Educação do Campo, resistência e emancipação social e humana**. Curitiba, PR: Appris, 2020. p. 53-65.

CALDART, R. S. Caminhos para a transformação da escola. In: CALDART, R. S; STEDILE, M. E; DAROS, D. **Caminhos para a transformação da escola**: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas de campo. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 115-138.

COAN, C. M; SANTOS, D. dos; PAGLIARIN, L. L. P. A educação do campo dos municípios do COREDE Norte/RS: Cenário da última década e desafios frente à lógica empresarial da educação. In: SARTORI, J; PIEROZAN, S. S. H. **Políticas educacionais em tempos de neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Autografia, 2022. p.161-163.

CONSORTE, E. A. A. **Educação do campo e o fechamento das escolas do campo no município de Barão de Cotegipe/RS**. 09/01/2018. p. 71. Graduação em Pedagogia: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Erechim.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FONTANA, F. Técnicas de pesquisa. In: MAZUCATO, T. (org.). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis, SP: FUNEPE, 2018. p. 59-78.

GRONFELD, G. **A contribuição da educação do campo na promoção da sucessão família**. 2024. p. 76. Graduação em Pedagogia: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Biblioteca depositória: URI/ Campus Erechim.

GUERA, E. **Educação do campo e escolarização de tempo integral em Nova Itaberaba-SC: da ameaça de fechamento à resistência da escola no campo**. 10/12/2020. p. 54. Graduação em Pedagogia: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Chapecó.

GUIMARÃES, R. **O movimento escola sem partido e a ascensão de pautas neoliberais e neoconservadoras na educação: duas faces reacionárias de uma mesma moeda**. Chapecó, 2021. Disponível em:
<<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/5589/1/GUIMAR%C3%83ES.pdf>>
Acesso em: 20 nov. 2024.

HARRAES, M. M. Movimentos Sociais Rurais. In: GERTZ, R. (Org.). **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930 – 1985)**, v. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

HOPICO, C. de O. **Fechamento das escolas do campo: estudo a partir do Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul**. 2019. p. 60. Graduação em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Laranjeiras do Sul.

KOLCHESKI, O. **O impacto da construção da barragem de Itá no fechamento da escola do campo do município de Aratiba**. 2019. p. 46. Graduação em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Erechim.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1984

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MOROSINI, M; NASCIMENTO, L. M. do; NEZ, E. **Estado de conhecimento: a metodologia na prática**. Humanidade e Inovações, Palmas, v. II, n. 55, p. 69 a 81, agos-

to, 2021. Disponível em <[ESTADO DE CONHECIMENTO: A METODOLOGIA NA PRÁTICA | Humanidades & Inovação](#)> Acesso em: 10 maio 2025.

PIZZATTO, M. **A importância da Escola do Campo**. 18/11/2019. p. 14. Graduação em Pedagogia: Universidade de Passo Fundo. Biblioteca depositória: FAED/ UPF.

ROSA, L. C. de. **Fechamento das escolas do campo**: análise do município de Nova Laranjeiras. 07/12/2015. p. 50. Graduação em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Laranjeiras do Sul.

SANTOS, G. M. dos. **O ciclo da escola do campo**: da abertura ao fechamento da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno localizada no assentamento Celso Furtado no Município de Quedas do Iguaçu – PR. 2017. p. 64. Graduação em Educação do Campo - Ciências Sociais e Humanas: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Laranjeiras do Sul

SANTOS, J. M. T. P. O Limite da Necessidade: as condicionalidades interpostas à realização do trabalho educativo na escola obrigatória. In: FERREIRA, N. S. C. (org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da formação à ação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <https://moodle-academico.uffs.edu.br/pluginfile.php/794986/mod_resource/content/2/Texto%208%2000%20limite%20da%20necessidade%20as%20condicionalidades%20interpostas%20%C3%A0%20realiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20trabalho%20educativo%20na%20escola%20obrigat%C3%B3ria%20%28Santos%29.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SYCHOCKI, G. C. **Fechamento das escolas no campo em Mariano Moro/RS**: rupturas, ruínas e memórias. 09/2022. p. 55. Graduação em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza: Universidade Federal da Fronteira Sul. Biblioteca depositória: UFFS/ Campus Erechim.

PALUDO, C. SANTOS, M, G, C dos. O SIFEDOC e o processo de resistência da educação do campo no estado do Rio Grande do Sul. In: GOULART, A. J. et al (orgs.). **Diálogos sobre Educação do Campo, resistência e emancipação social e humana**. Curitiba, PR: Appris, 2020. p. 21-37.